

AINST/16/00029 — Relatório final da CAE

I - Avaliação da Instituição

Perguntas A1. e A2.

A1. Instituição de Ensino Superior:

Universidade Do Porto

A2. Natureza da instituição:

<sem resposta>

Requisitos Gerais

A3. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

A3.1. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

Está definido e é coerente com a natureza universitária e a missão da Instituição

A3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O projeto educativo, científico e cultural global da Universidade do Porto é coerente com a sua natureza universitária e com a respetiva missão. A sua organização assenta num conjunto de catorze Unidades Orgânicas (treze Faculdades e um Instituto), aos quais se associam mais de meia centena de Unidades de Investigação.

As Faculdades orientam preferencialmente a sua ação para a organização da oferta formativa. Nesta atividade são apoiadas pelas Unidades de Investigação, que podem assumir, genericamente, dois figurinos jurídicos. Um grupo de Unidades de Investigação são entidades que não têm estatuto jurídico autónomo, pois são dependentes administrativamente da Direção da Faculdade ou da Reitoria. Outras têm um estatuto jurídico independente: são entidades privadas sem fins lucrativos.

A capacidade de mobilização, ao nível do acesso à Universidade (licenciaturas e mestrados integrados) é sólida. As vagas colocadas a concurso são sistematicamente preenchidas, na quase totalidade na primeira fase do Concurso Nacional de Acesso. Para além da qualidade da oferta da Universidade, esta beneficia da sua inserção numa região demograficamente dinâmica.

Globalmente a investigação científica é densa e resulta da atividade de Unidades de Investigação inseridas nos vários domínios do saber. Muitas das Unidades de Investigação projetam os resultados das suas áreas de investigação para o exterior, dinamizando linhas de transferência de conhecimento e de cooperação tecnológica. Uma apreciação mais detalhada será elaborada no respetivo capítulo.

A Universidade do Porto organiza também algumas linhas de formação orientadas para os novos públicos, traduzindo a sua intervenção na área designada por “formação ao longo da vida”.

No domínio cultural, a Universidade do Porto desempenha igualmente uma função interessante, embora o Relatório da Autoavaliação baseie a caracterização desta componente recorrendo sobretudo a iniciativas organizadas por alguns setores da Comunidade Académica, designadamente dos estudantes, sem lhe atribuir um carácter institucional, organizado e coerente.

A Universidade do Porto mantém relações de cooperação com inúmeras entidades nacionais e estrangeiras no âmbito das suas atribuições.

Finalmente a Universidade dispõe de um Plano Estratégico (U.Porto 2020), elaborado em 2016, ainda no mandato da anterior equipa reitoral, mas que será porventura revisto e ajustado aos novos desafios.

A4. Organização e gestão

A4.1. Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados

A4.1.1 Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados.

Existem, satisfazem as condições legais e funcionam regularmente

A4.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O sistema de governança da Universidade do Porto está organizado de acordo com as exigências do RJIES. Como Fundação que é, a Universidade tem, como órgãos máximos, o Conselho de Curadores, o Conselho Geral e o Reitor. O seu funcionamento articulado não suscita maiores comentários, havendo uma boa coordenação entre os mesmos. Isso esteve claro nas reuniões inicial e final da visita da CAE, nas quais estiveram presentes o Presidente do Conselho Geral e o Reitor.

Para além destes órgãos, deve fazer-se referência ao Conselho de Gestão que conduz a gestão administrativa e financeira da Universidade, ao Conselho de Diretores e ao Senado, como órgãos consultivos, e à Provedoria que engloba três Provedores defensores dos direitos do Estudante, do Docente e Investigador e, também, do Funcionário não Docente.

Todas as Unidades Orgânicas têm os seus órgãos a funcionar: Conselhos de Representantes, Diretor, Conselho Executivo, Conselho Científico e Conselho Pedagógico. No Conselho Pedagógico os estudantes estão representados em situação paritária com os docentes. Contudo, a existência de catorze Unidades Orgânicas merece um comentário, não só no que respeita à dimensão das mesmas, pois existem Unidades Orgânicas com 400 estudantes frente a outras que acolhem vários milhares de estudantes, como também em relação ao modelo de articulação da Reitoria com as UOs. Trata-se de uma estrutura excessivamente pesada, obrigando a uma gestão difícil, caracterizada por uma enorme dispersão e por um consumo elevado de energia.

A relação com os estudantes acusa uma maior proximidade nas Unidades Orgânicas pequenas, o que é natural que tal aconteça.

A criação de serviços centrais partilhados parece ser uma iniciativa positiva, que poderá ser continuada. Este figurino deverá, contudo, refletir indiscutivelmente um aumento de eficácia na abordagem dos problemas locais, a adoção de mecanismos fluidos e simples orientados para a resolução prática e rápida dos problemas, evitando níveis de burocratização que muitas vezes aparecem como resultado de reestruturações deficientemente delineadas.

Caberá ainda referir a existência generalizada de Diretores de Curso, elemento fundamental no acompanhamento dos estudantes de cada curso.

A arquitetura institucional das Unidades de Investigação é diversa, sobretudo daquelas que resultam de entidades autónomas em relação ao perímetro administrativo da Universidade. O panorama, nestes casos, é mais complexo e será devidamente referido e analisado no capítulo adequado.

A4.2. Autonomia científica e pedagógica do estabelecimento

A4.2.1 É assegurada a autonomia científica e pedagógica do estabelecimento:

Sim

A4.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A autonomia atribuída aos Conselhos Científicos e aos Conselhos Pedagógicos não suscita dúvidas. Estes órgãos estão presentes em cada uma das catorze Unidades Orgânicas e o seu funcionamento é apenas condicionado por normais legais e pelos seus próprios regulamentos. A questão que se poderá colocar incide na possibilidade dos Conselhos Científicos poderem ter um papel mais ativo na definição das respetivas estratégias setoriais para o desenvolvimento da investigação científica. Esta possibilidade seria eventualmente benéfica se fosse aproveitada a autonomia destes órgãos e as

vantagens que, por essa via, se poderia acrescentar para reforçar aquelas estratégias. Note-se que as Unidades de Investigação, distintas das Unidades Orgânicas, têm uma estrutura variável e a maior parte delas integram investigadores com origem em várias Unidades Orgânicas. Há até Unidades Orgânicas que colocam todos os seus investigadores em Unidades de Investigação sedeadas noutras Unidades Orgânicas ou que assumem a figura jurídica de entidades privadas sem fins lucrativos, embora formalmente associadas à Universidade do Porto.

Neste quadro, admite-se que a participação dos Conselhos Científicos na definição das estratégias de investigação científica estará prejudicada devido a esta matriz variável de funcionamento da estrutura da investigação científica. Pode até antever-se que, nalguns casos, os Conselhos Científicos, embora disponham de uma efetiva autonomia, não têm capacidade de intervir na definição das estratégias de I&D e acabam por ser subtraídos a essa reflexão. As consequências desta eventual dissociação revelam-se designadamente ao nível dos concursos de admissão para as diversas categorias previstas no ECDU, sendo difícil conciliar as necessidades de docentes para preencherem as falhas do serviço letivo com o reforço de determinadas linhas de I&D, consideradas determinantes para a realidade da produção científica.

A4.3. Participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento

A4.3.1 É assegurada a participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento:

Sim

A4.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Os diversos órgãos das Unidades Orgânicas preveem a participação dos docentes, dos investigadores e dos estudantes. Não há questão alguma a assinalar que contrarie as disposições legais e regulamentares que estruturam a arquitetura orgânica das Faculdades.

Apenas a existência de Unidades de Investigação Científica inseridas fora do perímetro administrativo da Universidade, muitas delas como associações privadas sem fins lucrativos, pode gerar disfunções no domínio da participação. Nestes casos, há necessidade de encontrar as melhores formas de relacionamento institucionalizado que promova ou facilite a participação dos docentes e investigadores no governo das Faculdades, tema que será retomado nas Recomendações Finais.

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade (artigo 4º, nº 1, alínea c) do RJAES):

Existe, a nível da Instituição, e está certificado pela A3ES (campo A4.4.1)

A4.4.1. Evolução do sistema (no caso de sistema certificado pela A3ES).

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e certificado pela A3ES: O sistema interno de garantia de qualidade foi oportunamente adotado pela Universidade, integrando um conjunto de soluções e de aplicações que respondem positivamente às necessidades e exigências da instituição. Nas diversas reuniões que a CAE teve com os representantes dos vários segmentos da Comunidade Académica foi transmitida a ideia de que o sistema abrange a globalidade do funcionamento da instituição, embora necessite de alguns ajustamentos no sentido de simplificar circuitos de informação/decisão e de ajustar alguns dos módulos às capacidades de prestação rápida de informação e de obtenção célere da respetiva deliberação. São ajustamentos exigidos pelo próprio funcionamento do sistema e que se destinam a melhorar o sistema, sempre na perspetiva do utilizador.

O sistema de avaliação dos docentes foi referido como a componente do sistema interno de garantia de qualidade que suscita problemas maiores, afetando naturalmente os próprios docentes. O caso da Faculdade de Arquitetura será adiante referido. E alguns dos elementos entrevistados referiram-se,

igualmente, aos procedimentos administrativos, sublinhando os aspetos positivos da centralização de algumas dessas funções (libertando os serviços tradicionalmente inseridos nas Unidades Orgânicas e transformando-os em serviços partilhados da Universidade), mas revelando que haverá ainda aspetos a melhorar nessa relação. Foi indicado o exemplo dos PAD (pedidos de autorização de despesa) como sendo um dos procedimentos que talvez necessitasse de maior fluidez no percurso que integra os diversos momentos necessários para a obtenção de uma decisão. A centralização dos serviços foi uma mais-valia para a Universidade, situação que foi bem sublinhada pelas Unidades Orgânicas de pequena dimensão.

A4.4.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistema não certificado pela A3ES)

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e ainda não certificado pela A3ES:

<sem resposta>

A5. Ensino

A5.1. Procura e acesso

A5.1.1. A instituição tem uma política de recrutamento de novos estudantes:

Sim

A5.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A Universidade do Porto insere-se numa região demograficamente densa, jovem e dinâmica. Estas características sugerem que, enquanto essas condições se mantiverem, haverá uma procura elevada por parte de candidatos ao ensino superior, designadamente dos que se apresentam ao Concurso Nacional de Acesso.

A UP organiza, ao longo do ano, diversas iniciativas destinadas a sensibilizar potenciais candidatos para as opções oferecidas pelas diversas Unidades Orgânicas. Uma dessas iniciativas é a organização da Universidade Júnior a qual abre as portas para pequenos cursos e para visitas a unidades de I&D da Universidade. Dias e/ou semanas abertas, feiras de orientação vocacional, ações de divulgação realizadas nas escolas secundárias e ainda a Mostra da U.Porto. Esta última iniciativa integra um conjunto alargado de atividades realizadas durante quatro dias, ao longo das quais a Universidade recebe a visita de cerca de 20.000 jovens com origem em quase uma centena de escolas.

No domínio dos novos públicos (ou dos estudantes não tradicionais), o esforço da Universidade do Porto poderá ser ampliado através de novas iniciativas abrangendo os candidatos com mais de 23 anos, os estudantes internacionais e os públicos já inseridos no mercado de trabalho (ativos empregados e desempregados), mas que necessitam de ter acesso a complementos e renovações de conhecimento.

No que respeita aos maiores de 23 anos, a Universidade do Porto tem captado, nos últimos anos, um número moderado de candidatos (cerca de uma centena, para todas as Unidades Orgânicas), revelando eventuais dificuldades na capacidade de mobilização deste segmento. Esta dificuldade pode ter origem nas provas de seleção que são exigidas ou do perfil das formações que são oferecidas.

No âmbito dos estudantes internacionais, verifica-se igualmente uma possibilidade de alargar a capacidade de atração, designadamente abrangendo segmentos com origem em países exteriores à CPLP. O contingente de estudantes que tem origem nos países de língua portuguesa é já numeroso, traduzindo de forma muito satisfatória esse desígnio da UP. Para os restantes segmentos dos estudantes internacionais, a Universidade do Porto poderia incluir na sua oferta formativa ciclos de estudo em língua estrangeira, designadamente em língua inglesa, situação que facilitaria uma maior atração desses estudantes.

A qualificação e a aprendizagem ao longo da vida carecem igualmente de uma melhor atenção no

sentido de estruturar uma oferta formativa de especialização e de renovação de conhecimentos orientada para públicos ativos (empregados e desempregados). Estas iniciativas poderiam ser organizadas eventualmente em associação com instituições dos mundos empresarial, associativo ou institucional.

A5.2. Sucesso escolar

A5.2.1. A instituição tem políticas para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes:

Sim

A5.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A taxa de sucesso escolar tem melhorado nos últimos anos. De acordo com os dados proporcionados pela Universidade do Porto pode admitir-se que o abandono tem diminuído embora de forma moderada nos últimos anos. Analisando o percurso dos estudantes que entraram no primeiro ano das licenciaturas (e nos mestrados integrados) no ano de 2014/15 (estariam a obter os graus de licenciado no final de 2017), 16,2% dos estudantes admitidos abandonaram os ciclos de estudo logo no 1º ano; no final do 3º ano, a percentagem dos estudantes que abandonaram foi de 20,3%. Embora estes valores correspondam a uma melhoria, quando comparados com os anos anteriores, são, porém, suscetíveis de maior reflexão e sobretudo de adoção de medidas internas mais assertivas. Neste domínio é justo reconhecer algumas das medidas tomadas (abordadas também no decorrer da visita da CAE) que apontam para que esta questão possa convergir para valores sucessivamente mais baixos.

Valerá a pena sublinhar que a taxa de abandono é mais elevada nas formações relacionadas com a saúde (com exceção da Medicina), pois verifica-se que muitos estudantes que ingressam em Medicina Dentária, em Nutrição ou em Medicina Veterinária tentam, logo que podem, transferir-se para o curso de Medicina.

A dinamização do Gabinete de Tecnologias Educativas permite reforçar as competências pedagógicas dos docentes, que não raras vezes estão na origem do insucesso escolar, promovendo ações de formação, da disseminação de ferramentas de ensino/aprendizagem, da utilização intensa da plataforma moodle e de atribuição de prémios que valorizem boas práticas na Universidade do Porto.

As próprias Unidades Orgânicas criaram no seu interior estruturas na área do ensino/aprendizagem orientadas para a promoção e disseminação de boas práticas.

A oferta de unidades curriculares de opção, da responsabilidade de diferentes Unidades Orgânicas, permite que o estudante possa selecionar disciplinas complementares à sua área científica, eventualmente oferecidas por UO diferente da que o estudante frequenta.

A concessão de autonomia aos estudantes para definir, dentro das possibilidades das unidades curriculares de opção e ainda de forma limitada, é um bom princípio que introduz um perfil mais aliciente para o estudante definir o seu próprio percurso.

Todas estas iniciativas apontam para um permanente acompanhamento dos estudantes, estruturado num quadro que associa a componente institucional à componente pessoal, o que permite antever que o abandono se possa reduzir através de uma intervenção mais intensa e renovada dos fatores internos.

Um aspeto que merece referência e que será objeto de recomendação diz respeito à plena adoção do inquérito aos estudantes sobre a satisfação do ensino. As taxas de resposta são muito baixas e algumas Unidades Orgânicas não dão a atenção que deveriam dar a esse instrumento que permite uma melhoria do desempenho pedagógico e uma maior integração dos estudantes.

A5.3. Ligação à investigação

A5.3.1. A instituição adota medidas que garantem o contacto dos estudantes com a investigação desde os primeiros anos:

Sim

A5.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A ligação dos estudantes à investigação científica foi tema praticamente constante nas reuniões que a CAE realizou no âmbito da visita à Universidade do Porto. Pode reconhecer-se que não foi possível retirar conclusões globais muito precisas, pelo simples facto das principais Unidades de Investigação estarem fora do perímetro administrativo da Universidade do Porto.

Contudo, foi possível identificar uma abertura grande relativa a esta mobilização, não só através da estratégia que a Universidade do Porto desenvolveu nos últimos anos (de que o Encontro de Investigação Jovem é um exemplo), como também pela introdução, nalgumas formações, de unidades curriculares vocacionadas para esse efeito, como seja as de “Projeto”. No âmbito destas unidades curriculares, os estudantes podem desenvolver trabalhos de iniciação à I&D nas Faculdades e/ou nas Unidades de Investigação.

A Universidade e as suas Unidades Orgânicas organizam com frequência reuniões de disseminação, de apresentação de resultados e outras que convergem para esta mobilização. A estruturação de estágios extra-curriculares em Unidades de Investigação permite igualmente gerar capacidade de investigação, na linha da inserção precoce dos estudantes em atividades de investigação.

A organização da Mostra UP, já referida, é igualmente um ponto alto na apresentação pública dos resultados da I&D desenvolvida na Universidade.

A5.4. Inserção dos diplomados no mercado de trabalho

A5.4.1. A Instituição promove de forma eficaz a monitorização da empregabilidade e o apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho:

Sim

A5.4.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Neste domínio a Universidade do Porto desenvolveu um conjunto de iniciativas interessantes que conduziram à criação de um ambiente de cooperação com instituições públicas (Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Português da Juventude e do Desporto, Câmaras Municipais, etc.), com associações (associações de estudantes, associações empresariais, associações profissionais, etc.) e também com empresas (bancos, empresas de diversos setores).

A Universidade criou o Gabinete de Apoio ao Estudantes e Empregabilidade que tem como função o acompanhamento e apoio à inserção profissional dos diplomados.

A Universidade do Porto lança periodicamente um inquérito aos diplomados para conhecer com detalhe a sua situação profissional, abrangendo designadamente a inserção destes em setores da sua área de formação.

Os últimos dados disponibilizados permitem concluir que 86% dos diplomados que estão empregados desenvolvem atividades em áreas convergentes com as respetivas formações. Esta percentagem desce ligeiramente quando referenciada aos primeiros empregos (cerca de 71%). Estas percentagens representam uma evolução substancial em relação aos valores registados em anos anteriores.

Esta linha de rumo poderá ter, no futuro, resultados mais expressivos por via dos resultados expectáveis que resultam da conjugação de todas as iniciativas em curso promovidas pela Universidade e pelos seus parceiros (outras universidades, etc.).

A6. O corpo docente

A6.1. A Instituição dispõe de um corpo docente adequado e tem uma política de recrutamento:

Sim

A6.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A Universidade do Porto, no ano letivo de referência (2015/16), tinha um total de 2330 docentes: 1522 tinham um contrato a tempo integral e os restantes estavam na situação de docentes convidados a tempo parcial. No conjunto, 87% dos docentes eram doutorados, situação esta que resulta da conjugação de duas realidades: dispensa de docentes convidados sem o grau de doutor e aquisição do grau de doutor de alguns convidados.

Na globalidade a Universidade do Porto cumpre os requisitos exigidos pelo RJIES: tem menos de 30 estudantes por doutorado a tempo integral e menos de 60 estudantes por ETI doutorado. Analisando as diversas Unidades Orgânicas, apenas a Faculdade de Direito não cumpre o primeiro critério: tem cerca de 40 estudantes por doutorado a tempo integral, um valor superior ao patamar máximo definido no RJIES.

O rácio estipulado pela ECDU, que impõe que a soma dos professores catedráticos e associados supere os 50% dos professores de carreira, não é verificado na Universidade do Porto. Esse rácio atinge o valor global de 41%, com valores relativamente baixos em três Faculdades: Belas Artes (13%), Arquitetura (21%) e Economia (30%).

A taxa de envelhecimento tem-se agravado; em 2015 cerca de 32% dos docentes tinham 55 ou mais anos.

A estabilidade dos vínculos contratuais dos docentes com a Universidade é elevada e era em média de 17 anos.

Apenas 4% dos docentes são estrangeiros.

Merece referência o esforço desenvolvido pela Universidade do Porto no sentido de fomentar a inovação pedagógica e de dotar o corpo docente de estratégias, competências e práticas conducentes a uma melhoria dos processos pedagógicos, designadamente articulando as atividades de ensino e de investigação.

A7. A atividade científica e tecnológica

A7.1. Políticas de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico

A7.1.1. A Instituição tem uma política para a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico, e para a sua valorização económica:

Sim

A7.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A Universidade do Porto tem mais de 50 Unidades de Investigação, de dimensão variável e de estatuto jurídico diverso, algumas delas em associação com outras instituições.

Uma primeira avaliação permite sublinhar a densidade e a diversidade da sua produção científica, bem como a projeção internacional que adquiriu. Mais de 70% das suas Unidades de Investigação obtiveram, na última avaliação da FCT, a classificação de Muito Bom, Excelente ou Excepcional. As taxas de crescimento da produção científica, referidas no Relatório de Autoavaliação (RAA), atingem valores anuais de cerca de 10% e traduzem também uma dinâmica do conjunto da instituição. Considerando o período 2010-2014, a taxa de crescimento da I&D da UP superou a média nacional. Poder-se-á referir que quase metade dos documentos citáveis foi produzido e publicado em colaboração internacional.

A produção científica concentra-se naturalmente em algumas áreas, sendo de referir a “as ciências médicas e a saúde”, as “ciências naturais” e as “ciências exatas”. As percentagens mais elevadas de

documentos citáveis, publicados em revistas de 1º quartil das bases indexadas da Web of Science, segundo o RAA, resultam da atividade dos investigadores das Unidades Orgânicas das ciências médicas, da engenharia, das ciências básicas e das ciências farmacêuticas.

Um aspeto que deve ser considerado como bastante interessante diz respeito à convergência de investigadores oriundos de diversas Unidades Orgânicas nalgumas Unidades de I&D. Traduz uma tendência de valorizar a multidisciplinaridade e de reunir competências que, associadas, podem assegurar novas áreas de investigação e responder às novas problemáticas impostas pela evolução social.

Este quadro francamente positivo, em resultado da atividade de I&D na Universidade do Porto, deveria estar acompanhado por soluções institucionais que, não só facilitassem o desempenho dos investigadores, como também garantissem a valorização pública dos recursos mobilizados. O Relatório de Autoavaliação refere que a arquitetura institucional da investigação científica, na Universidade do Porto, não corresponde a uma forma organizacional única, tendo presente a diversidade das culturas de investigação e as contingências dos diferentes processos de fomento institucional e de avaliação da I&D que incidiram na universidade portuguesa nos últimos vinte anos. Mas deverá encontrar-se uma solução que concilie a flexibilidade que tem de existir nestas áreas com a melhor articulação institucional e com a integração plena numa estratégia que maximize os impactos sociais, ambientais, económicos e institucionais que se espera que resultem deste complexo de atividades. O facto de algumas das principais Unidades de Investigação estarem fora do perímetro administrativo da Universidade (pois são entidades privadas) obriga a encontrar soluções criativas e expeditas para melhor articular a I&D e para valorizar adequadamente os recursos públicos mobilizados por estas atividades.

A7.2. Políticas de prestação de serviços à comunidade

A7.2.1. A Instituição dispõe de uma política institucional consistente para a prestação de serviços à comunidade, adequada à sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional:

Sim

A7.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

No domínio da prestação de serviços à comunidade, a Universidade do Porto apresenta uma enorme diversidade de linhas de atuação que foram desenvolvidas nos últimos anos. Realização de projetos conjuntos com entidades do tecido económico e social, fomento de novos negócios, iniciativas de capacitação e, ainda, ações de voluntariado são algumas das ações que fazem parte do acervo de iniciativas concretizadas nos últimos anos. A este conjunto associa-se a U.Porto Inovação, na área da propriedade intelectual e da promoção de projetos que asseguram a transferência de tecnologia, e a UPTEC que promove também a colaboração Universidade-Empresa. Estas duas entidades desenvolvem atividades de dinamização do tecido proto-empresarial que tem origem nos resultados de I&D das Unidades de Investigação da Universidade do Porto, bem como de gestão das infraestruturas capazes de acolher as spin-offs e as start-ups. A melhor conjugação das atividades destas duas entidades facilitaria porventura uma atuação concertada no patamar da cooperação entre a Universidade e o meio empresarial, gerando eventuais benefícios adicionais.

Na área da promoção científica, artística e cultural, as atividades da Universidade do Porto são igualmente significativas. Múltiplas sessões são realizadas, algumas das quais já referidas no capítulo da sensibilização dos jovens. A colaboração com os museus da cidade do Porto é uma das áreas a que a UP dá um enorme relevo, estratégia que permite também valorizar o seu próprio acervo.

A cooperação com entidades nacionais e internacionais está também presente na política de abertura e de colaboração externa da Universidade. As relações com entidades regionais e nacionais têm permitido o estabelecimento de um ambiente de confiança que facilita as iniciativas

desenvolvidas nos âmbitos social, económico, ambiental, cultural, artístico e desportivo. Pode fazer-se referência à UNorte, plataforma que associa as universidades do norte e da qual se esperam iniciativas sólidas e variadas com vista a uma maior racionalização da rede de ensino superior na região Norte.

Cabe uma referência ao setor Alumni, através do qual a Universidade procura atrair projetos, fomentar melhores níveis de empregabilidade e garantir que segmentos de diplomados possam regressar à instituição para reforço e renovação dos conhecimentos adquiridos nas suas formações. No plano internacional, o eixo da cooperação institucional centra-se principalmente nas regiões espanholas contíguas à região Norte.

A7.3. Políticas de captação de receitas próprias

A7.3.1. A instituição tem uma política de captação de receitas próprias e o seu nível é adequado:

Em parte

A7.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A política de captação de receitas próprias baseia-se sobretudo nos projetos de I&D (nacionais e internacionais), na prestação de serviços, nas propinas, nalguns acordos com empresas e também na eventual alienação de património, considerado como ativo não estratégico.

No plano internacional, o Programa Erasmus+ tem tido um papel importante na angariação de recursos para suportar as diversas opções que este Programa coloca à disposição das instituições de ensino superior. Para além deste Programa, a Universidade atribui um significado importante à captação de fundos por via de outros programas e protocolos internacionais.

As receitas próprias, nos três anos de referência do Relatório de Autoavaliação (2013, 2014 e 2015), cobriram, em média, cerca de 48% do orçamento da Universidade. Contudo, parece existir capacidade de ampliação no que respeita à mobilização adicional de recursos externos.

A8. Políticas de colaboração nacional

A8.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a cooperação com outras instituições nacionais:

Sim

A8.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A colaboração no âmbito nacional é apresentada no Relatório de Autoavaliação em quatro patamares: educação e formação; investigação; transferência; e outros.

No campo da educação são referidas essencialmente três redes, uma das quais, a UNorte, já referida neste Relatório, integrando as universidades da região Norte. No domínio da investigação, é evocado as colaborações que as Unidades de Investigação estabelecem com entidades externas. A terceira missão é sublinhada através de uma evocação da U.Porto Inovação, da UPTEC e, ainda, do Gabinete de Transferência de Conhecimento. As outras iniciativas inseridas na Política de colaboração nacional inserem-se em áreas de cooperação com a rede de antigos alunos, com a promoção da cultura e com os incentivos ao desporto universitário.

As parcerias existentes na organização de ciclos de estudo revelam uma estratégia orientada para a colaboração com instituições nacionais de ensino superior. Trata-se de um bom indicador dessa abertura, ainda que porventura poderia haver uma colaboração e concertação mais intensa no âmbito da UNorte, designadamente em termos da oferta formativa.

No campo da investigação científica, a integração nas Unidades de Investigação de muitos investigadores de outras instituições, públicas e privadas, merece também ser sublinhada.

A terceira missão, assumida de forma diversificada pela própria Universidade (e por organismos

inseridos na sua estrutura orgânica) e pelas instituições de interface, mereceria uma outra avaliação institucional, situação que se tona difícil perante a escassez de informação veiculada no Relatório de Autoavaliação e a ausência das referidas estruturas nas diversas reuniões realizadas no âmbito da visita da CAE.

Contudo, nos domínios que poderemos considerar transversais (cultura, desporto, etc.) a orientação da Universidade do Porto está bem assumida e está refletida em inúmeros eventos que se realizam ao longo do ano.

A9. Políticas de internacionalização

A9.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a internacionalização:

Sim

A9.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A política de internacionalização está presente de forma transversal nas atividades das diversas Unidades Orgânicas e Unidades de Investigação.

No que respeita aos estudantes, o desequilíbrio entre os estudantes outgoing e os estudantes incoming reflete uma característica que se verifica em quase todas as instituições de ensino superior. A Universidade do Porto recebeu, nos programas de mobilidade, 6,4% dos seus estudantes e envia para outras instituições europeias apenas 3,9%. A sua capacidade de expansão é, contudo, elevada. A atração de estudantes internacionais, uma das componentes da política de internacionalização, faz-se ainda a partir de um contingente muito limitado. No ano letivo de 2015/16, a UP recebeu 58 estudantes internacionais, dos quais 53 de países de língua portuguesa. No ano seguinte (2016/17) aquele número subiu para 137, dos quais 132 de países de língua portuguesa. Para uma Universidade que tem cerca de 30.000 estudantes (ciclos de estudo nos três graus), aqueles números correspondem a uma mobilização excessivamente moderada, embora a evolução para os anos para os quais está já disponível informação confirma uma evolução sólida na capacidade de atração da UP. A organização de ciclos de estudo, designadamente de 2º e 3º ciclos, em língua estrangeira poderia ser um meio de reforçar e ampliar a capacidade de atração de estudantes estrangeiros.

No domínio da investigação, a internacionalização traduz-se não só na publicação relevante de artigos em revistas e jornais internacionais, como também em atividades de I&D desenvolvidas em parceria com instituições estrangeiras. Neste último capítulo cabe sublinhar novamente os programas de formação organizados conjuntamente com entidades estrangeiras, que eventualmente poderiam ser multiplicados. A promoção de realização de teses de doutoramento em coorientação, correspondendo a uma prática já seguida com expressão pela UP, pode gerar programas de formação em consórcio e projetos de I&D com outras instituições de ensino superior.

A promoção da Universidade do Porto em feiras internacionais de Ensino Superior, a inserção em redes com outras instituições de ensino superior e as parcerias estabelecidas traduzem, com intensidade variada, um esforço de internacionalização.

A Universidade do Porto tem hoje uma vantagem diferenciadora frente a outras instituições que decorre da projeção que a cidade do Porto e o seu contexto urbano e cultural adquiriram no panorama internacional, situação que deve ser aproveitada e valorizada.

A10. Instalações

A10.1. A Instituição dispõe de instalações com as características exigíveis à ministração de ensino universitário:

Sim

A10.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Não houve, na visita que a CAE fez à Universidade do Porto, oportunidade para realizar visitas às instalações das Unidades Orgânicas e das Unidades de Investigação. As informações referidas no Relatório de Autoavaliação permitem referenciar a existência de boas instalações para o conjunto das Unidades (de ensino e de investigação) da Universidade.

Contudo essa questão foi sistematicamente abordada nas diversas reuniões que tiveram lugar durante a visita, designadamente nas reuniões com os Diretores das Faculdades (e do ICBAS). Ficou registado apenas a Faculdade de Belas Artes, que está penalizada por não ter instalações adequadas. Houve igualmente referência às necessidades de mais espaços para o pleno funcionamento das Faculdades de Arquitetura e de Direito.

A11. Serviços de ação social

A11.1. São assegurados serviços de ação social:

Sim

A11.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Os mecanismos nacionais da ação social, orientados para a concessão de bolsas, funcionam normalmente e abrangem globalmente cerca de 6000 estudantes da Universidade do Porto. Para além deste mecanismo nacional, da responsabilidade da Direção Geral do Ensino Superior, a ação social da UP abrange os serviços de alimentação, a unidade de saúde e as unidades de alojamento. É neste último domínio que as maiores carências se fazem sentir, havendo um enorme défice de alojamento na cidade do Porto destinada a estudantes.

No campo da alimentação, poderá haver, de acordo com opiniões expressas pelos estudantes, algumas dificuldades em certas cantinas, embora a questão-chave referida por estes membros da comunidade académica tenha a ver com a necessidade de melhor gerir os designados desperdícios que resultam no final das refeições e de os utilizar numa lógica de solidariedade e de sustentabilidade social.

A12. Informação para o exterior

A12.1. A Instituição publicita de forma adequada informação sobre a oferta educativa, incluindo os relatórios de autoavaliação e avaliação externa e das decisões da Agência:

Em parte

A12.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A informação para o exterior, da responsabilidade da Universidade do Porto, integra um conjunto de iniciativas que permitem abranger diversos segmentos de população: jovens nos anos terminais do ensino secundário, investigadores, empresas e população em geral.

A aproximação aos estudantes do ensino secundário faz-se através de diversas modalidades, das quais a mais simbólica é a, já referida, Universidade Júnior. Esta iniciativa é complementar às visitas que se organizam às escolas de ensino secundário, tal como já se afirmou no capítulo A5.1.

A produção científica justificou a organização de um repositório temático e de um repositório aberto, através dos quais o “estado da arte” da investigação está acessível à comunidade. O repositório aberto está associado ao Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), permitindo valorizar esse repositório com a contribuição da Universidade do Porto.

A Universidade do Porto dinamiza e mantém um conjunto de sítios na net, da responsabilidade de setores internos, e que têm como função o diálogo com o exterior: UPTEC, U.Porto Inovação e os diversos Gabinetes que são responsáveis por informação diversa. A Universidade mantém uma revista de atualidade, com notícias e reportagens sobre o seu funcionamento.

As redes sociais são também utilizadas pela Universidade do Porto.

Os Relatórios de Autoavaliação e de Avaliação Externa não estão plenamente divulgados no sítio da

UP na net.

Requisitos Especificos

A13. Oferta educativa

A13.1. **UNIVERSIDADE:** A Instituição dispõe de, pelo menos, os seguintes ciclos de estudos acreditados:

- Seis ciclos de estudos de licenciatura, dois dos quais técnico-laboratoriais;
- Seis ciclos de estudos de mestrado;
- Um ciclo de estudos de doutoramento em pelo menos três áreas diferentes compatíveis com a missão própria do ensino universitário.

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO: A Instituição dispõe de, pelo menos, os seguintes ciclos de estudos acreditados:

- Três ciclos de estudos de licenciatura;
- Três ciclos de estudos de mestrado;
- Um ciclo de estudos de doutoramento em área ou áreas compatíveis com a missão própria do ensino universitário.

OUTRO ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR UNIVERSITÁRIO: A Instituição dispõe de, pelo menos, os seguintes ciclos de estudos acreditados:

- Um ciclo de estudos de licenciatura;
- Um ciclo de estudos de mestrado.

Sim

A13.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A Universidade do Porto integra na sua oferta formativa um conjunto numeroso de ciclos de estudo, anteriormente referidos, o que se adequa completamente às características legalmente exigidas para uma Universidade.

A14. Corpo docente

A14.1. A Instituição dispõe, no conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na Instituição, no mínimo:

- Um doutor por cada 30 estudantes;
- Um doutor em regime de tempo integral por cada 60 estudantes.

Sim

A14.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A Instituição dispõe de um conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação na Instituição. Os rácios definidos no RJIES são cumpridos no conjunto da instituição, pois não atingem globalmente os valores máximos permitidos:

- Um doutor por cada 30 estudantes;
- Um doutor em regime de tempo integral por cada 60 estudantes.

A15. Observações

A15. Observações

<sem resposta>

II - Avaliação das Unidades Orgânicas

B1. Ensino

B1.1. Adequação da oferta educativa

Apreciação geral da adequação da oferta formativa das Unidades Orgânicas da Instituição, face, designadamente, à missão de uma Instituição de natureza universitária.

A F.Arquitetura oferece um MI em Arquitetura e um Programa de Doutoramento. Oferece dois cursos de pós-graduação inseridos numa estratégia de valorização da formação continua. A sua oferta formativa tem obtido reconhecimento internacional.

A F.Belas Artes oferece duas licenciaturas, cinco mestrados e um doutoramento nas áreas do Design e Artes Plásticas, e vários cursos em associação. A Faculdade intervém ainda noutros cursos organizados em associação com outras Faculdades. Contudo existe um número significativo de cursos de segundo ciclo descontinuados (4) e não acreditados (2), situação que afeta também o terceiro ciclo, respetivamente (2) e (1). Julga-se que terá havido empenho em racionalizar a oferta formativa. Os primeiros ciclos apresentam um bom preenchimento de vagas; os segundos ciclos não preenchem a totalidade das vagas, mas têm uma procura razoável.

A F.Direito oferece dois primeiros ciclos, quatro segundos ciclos (embora dois não estivessem em funcionamento) e dois terceiros ciclos nas áreas do Direito e da Criminologia e participa em outros cursos em associação (com as Faculdades de Medicina e Economia). Verifica-se um bom preenchimento das vagas oferecidas.

A F.Economia oferece dois primeiros ciclos, quinze segundos ciclos e dois terceiros ciclos nas áreas da Economia e da Gestão e participa ainda nalguns cursos em associação a nível dos três ciclos, em áreas afins. Verificou-se que foram descontinuados oito segundos ciclos e um terceiro ciclo. Há um bom preenchimento de vagas nos cursos oferecidos. É ainda de salientar a formação continua organizada pela Faculdade, designadamente a formação de executivos, em colaboração com a Porto Business School.

A F.Letras oferece treze primeiros ciclos, vinte e cinco segundos ciclos e nove terceiros ciclos nas áreas das Humanidades, das Ciências Sociais, da Filosofia e das Línguas. Organiza ainda cursos de 2º e 3º ciclo oferecidos em associação. Foram descontinuados dez segundos ciclos e treze terceiros ciclos. Há um bom preenchimento de vagas nas licenciaturas; o mesmo não se verifica na maioria dos 2.ºs e 3.ºs Ciclos, o que deverá merecer uma reflexão.

A F.Ciências oferecia, no ano letivo de 2015/16, dez cursos de primeiro ciclo e dois cursos com MI, 33 cursos de segundo ciclo e 24 cursos de terceiro ciclo. Parte destes ciclos de estudos (8 mestrados e 14 doutoramentos) são oferecidos em associação com outras UOs da UP e com outras universidades. No período em apreço foi encerrada uma licenciatura e descontinuados seis mestrados e quatro doutoramentos.

A F.Desporto ministrava, no ano letivo de 2015/16, um curso de 1º ciclo, oito cursos de 2ºciclo e cinco cursos de 3º ciclo. Alguns cursos de segundo e terceiro ciclo são oferecidos em colaboração com outras UOs da UP e com a U.Aveiro (um curso de 3º ciclo). Um mestrado foi descontinuado e outros cursos de segundo e terceiro ciclo estão em processo de acreditação (NCE).

A F.Engenharia disponibilizava três cursos de primeiro ciclo (dois dos quais em associação com outras UOs), nove ciclos de estudos com MI, treze cursos de 2º ciclo (dois com liderança de outra UO da UP). Verifica-se igualmente a participação de outras UOs na lecionação desses cursos e nos 23 ciclos de estudo do 3º ciclo (alguns deles em colaboração). É ainda de referir a existência de Cursos de 3º ciclo oferecidos em ligação com ambientes empresariais. A oferta formativa de Cursos de 2º e sobretudo do 3º ciclo deve merecer reflexão, perante as baixas taxas de procura e de sucesso registadas em boa parte dos Cursos oferecidos.

A F.Psicologia oferecia um curso de primeiro ciclo, um curso com MI, três cursos de segundo ciclo (e

cinco outros em associação) e sete cursos de terceiro ciclo (cinco em associação).

A F.Ciências da Nutrição tem apenas uma formação de 1º ciclo. Organiza diversos cursos de pós-graduação, conducentes ou não a grau, muitos deles em parceria com outras unidades orgânicas e/ou com outras instituições. Uma licenciatura, dois mestrados e dois doutoramentos. Os ciclos de estudo organizados em parceria estavam inativos.

A oferta formativa da F.Farmácia inclui um MI, seis segundos ciclos e sete terceiros ciclos.

Sublinhe-se um dos programas de doutoramento, organizado em parceria com outras instituições de ensino superior e com empresas do setor farmacêutico, com financiamento da FCT.

A oferta formativa da F.Medicina inclui um MI, 15 mestrados e 10 doutoramentos. Organiza igualmente mais de uma vintena de cursos de formação não conducentes a grau. O Relatório de Autoavaliação sublinha as linhas de formação estruturadas em parceria com outras unidades orgânicas da UP e com outras instituições de ensino superior. O mesmo Relatório evoca a oferta de unidades curriculares optativas traduzindo uma linha de diversificação.

A oferta formativa da F.Medicina Dentária abrange um MI, dois cursos de mestrado e um programa de doutoramento. Paralelamente esta Faculdade oferece igualmente oito cursos de especialização com uma duração variada entre 2 a 6 semestres e como uma orientação para competências práticas. A Faculdade participa ainda em ciclos de estudo organizados por outras unidades orgânicas da UP. Finalmente o ICBAS desenvolve a sua oferta formativa em torno da Biologia, nas suas diversas vertentes. A sua oferta formativa inicial abrange dois MI (Medicina e Medicina Veterinária) e duas licenciaturas, estas em parceria com outras unidades orgânicas da UP. Organiza nove mestrados e 19 doutoramentos, estes últimos organizados em parceria com unidades orgânicas da UP, com outras instituições de ensino superior e com entidades do mundo empresarial.

B1.2. Estudantes

Apreciação geral da evolução do número de estudantes nas Unidades Orgânicas.

Arquitetura. Apresenta uma boa procura para o MI, preenchendo através do CNA a totalidade das vagas com uma média elevada, superior a 17. A percentagem de alunos internacionais tem vindo a crescer, sobretudo nos últimos anos, representado mais de 5% dos estudantes. A taxa de abandono nos três primeiros anos é de cerca de 13%. Há uma maior retenção nos últimos anos devido à inserção precoce no mercado de trabalho. O 3.º Ciclo tem uma procura razoável, que tem diminuído. Belas Artes. Tem apresentado uma boa procura para as suas duas Licenciaturas, com um número de candidatos muito superior ao número de vagas e, em certos casos, com os candidatos todos colocados em 1.ª opção e com classificações mínimas da ordem dos 17 valores. Os estudantes estrangeiros, 2%, têm vindo a aumentar. Os 2.ºs Ciclos não preenchem a totalidade das vagas, mas registam uma crescente procura, com uma taxa de abandono no final do 1.º ano de cerca de 30%. Direito. Tem uma excelente procura para as duas licenciaturas. Em 2015/16, Criminologia teve 13,4 candidatos/vaga e Direito 8,2/vaga, com 3,2 candidatos 1.ª opção/vaga e com notas mínimas da ordem dos 17 valores. Os segundos ciclos, Direito e Criminologia, têm um bom preenchimento de vagas, com uma razão de 1,7 candidatos/vaga. Os estudantes estrangeiros têm vindo a aumentar representando cerca de 20%. As vagas dos 3.ºs Ciclos são quase todas preenchidas.

Economia. As duas Licenciaturas, Economia e Gestão, têm uma excelente procura, com um número de candidatos/vaga de 13 em G e 5,8 para E, em 15/16, com notas mínimas da ordem dos 17 valores e com um grau de internacionalização crescente. Os segundos ciclos apresentam um bom preenchimento das vagas, em média com cerca de 2 candidatos/vaga, com um grau de internacionalização crescente e com taxas de abandono relativamente baixas. Nos terceiros ciclos registaram-se no ano de referência 40 vagas, 39 candidaturas e 25 inscrições.

Letras. A totalidade das vagas oferecidas nas suas 13 Licenciaturas foi preenchida (2015/16) com cerca de 40% de candidatos colocados em 1.ª opção. A nível dos segundos ciclos tem havido uma diminuição de alunos inscritos em relação às vagas oferecidas, provavelmente pela instabilidade e cursos descontinuados. Também nos 3.ºs Ciclos se verificou um número significativo de cursos descontinuados e uma baixa na procura, o que sugere que se deverá refletir sobre a racionalização

da oferta.

Ciências. A procura dos primeiros ciclos e do MI supera largamente a oferta, com exceção dos primeiros ciclos em Ciências de Engenharia e em Química. Pelo contrário para os 2º e 3º ciclos, a procura é bastante inferior à oferta, (50% e 30% respetivamente). Esta situação deve merecer alguma reflexão. A percentagem de estudantes estrangeiros matriculados na unidade orgânica é de 6.2%.

Desporto. A procura do 1º ciclo é superior à oferta, enquanto que para os 2º e 3ºs ciclos se situa entre os 60 e 70%. A percentagem de estudantes estrangeiros matriculados na unidade orgânica é de 9%.

Engenharia. A procura dos primeiros ciclos e dos MI cobre praticamente a totalidade das vagas. Situação bastante diferente verifica-se nos segundos e terceiros ciclos, onde a procura é bastante inferior à oferta. Cerca metade dos mestrados tem uma procura que não atinge os 50% e também mais de 50% dos doutoramentos têm uma procura inferior a 50%. A percentagem de estudantes estrangeiros matriculados na unidade orgânica é de 5.1%.

Psicologia. No primeiro ciclo e no MI, a procura supera largamente a oferta. Para os segundos e terceiros ciclos, a taxa de procura situa-se entre os 60 e os 70%. A percentagem de estudantes estrangeiros matriculados na unidade orgânica é de 7.8%.

Ciências da Nutrição. A única licenciatura regista uma procura (traduzida em inscrições) praticamente ajustada à oferta. A totalidade dos estudantes que frequenta os ciclos de estudo da Faculdade não ultrapassa as cinco centenas. Os percursos estudantis nas pós-graduações (mestrados e doutoramentos) revelam uma duração bastante superior ao período normal.

Farmácia. As vagas colocadas a concurso, para o primeiro ano do MI, são totalmente preenchidas. A percentagem de estudantes que concluem o MI em cinco anos é, em média, de 75%. A taxa de abandono no 1º ano do MI é elevada (28%). Os estudantes que concluem os mestrados em dois anos atingem 69% dos inscritos. Para os estudantes do terceiro ciclo, a conclusão dos seus graus varia entre 4 e 5 anos. Não estão operacionais, com resultados significativos, os inquéritos à satisfação dos estudantes, sobretudo no 2º ciclo.

Medicina. A totalidade das vagas do MI é preenchida praticamente com a 1ª fase do CNA. A Faculdade atribui importância à conciliação do conhecimento técnico e ao desenvolvimento de competências não técnicas. A procura dos segundos e terceiros ciclos tem excedido as vagas. Esta Faculdade organiza um inquérito de satisfação dos estudantes; mas, como aliás noutras Unidades Orgânicas, os resultados não são referidos no Relatório de Autoavaliação. A Faculdade organiza eventos com vista à melhor integração dos estudantes estrangeiros.

Medicina Dentária. Verifica-se uma elevada procura pelo MI. O rácio da procura dos candidatos em primeira opção é de 2,9. O número dos estudantes estrangeiros que frequenta o Mestrado integrado é relativamente pequeno (3%). O abandono que é registado nos primeiros dois anos do MI é compensado por uma procura com origem noutros cursos, através dos mecanismos "mudança de par instituição/curso". O inquérito à satisfação dos estudantes regista valores acima de 5 (entre 5,07 e 5,41) numa escala com um máximo 7.

O ICBAS regista uma enorme procura, traduzida no rácio 5,9 candidatos/1 vaga. Verifica-se uma taxa significativa de abandono escolar no MI de Medicina Veterinária e na licenciatura Ciências do Meio Aquático. O abandono corresponde na sua quase totalidade a uma transferência para o Mestrado Integrado em Medicina.

B1.3. Diplomados

Apreciação geral da evolução do número de diplomados nas Unidades Orgânicas.

Arquitetura. Apresenta um número crescente de diplomados com o MI, 125 no ano 2015/16. O número de doutorados tem vindo a crescer.

Belas Artes. Apresenta um número crescente de diplomados, atingindo, no ano de referência, 63

licenciados em Artes Plásticas (65% das inscrições no 1º ano) e 39 licenciados em Design de Comunicação (85% das inscrições no 1º ano). Nos segundos ciclos, no ano de referência diplomaram-se 74 mestres. No terceiro ciclo ficaram registados 24 novos doutores. As taxas de retenção, em geral, rondam os 70%.

Direito. Apresenta um número relativamente constante de diplomados de primeiro ciclo. Em Direito diplomaram-se 82% das inscrições no 1º ano e em Criminologia licenciaram-se 85% dos inscritos também no 1º ano. Nos segundos ciclos a percentagem de diplomados em relação aos inscritos é bastante mais reduzida (50% em Direito e 13% em Criminologia), o que demonstra uma forte retenção. No terceiro ciclo, a retenção é ainda maior: apenas quatro dos inscritos (42) terminaram os seus doutoramentos em Direito.

Economia. Apresenta um número relativamente constante de diplomados. Nas duas licenciaturas, o tempo médio para terminar o curso é de 3,7 anos. Nos segundos ciclos verifica-se, de uma forma geral, um número de diplomados baixo em relação aos inscritos pela 1.ª vez, à exceção de Finanças e Gestão, o que pode significar que os alunos fazem apenas o 1.º ano. Nos terceiros ciclos de Gestão e Economia há uma boa relação diplomados/inscritos pela 1.ª vez.

Letras. Apresenta, nos três anos em avaliação, uma diminuição do número de licenciados nos seus cursos, verificando-se que no ano de referência, diplomaram-se 75% dos inscritos pela 1ª vez. Na generalidade dos segundos ciclos, há um número baixo de diplomados/total de inscritos (cerca de um terço). Nos terceiros ciclos, o mesmo indicador é muito baixo.

Ciências. O número de diplomados (primeiro ciclo e MI) apresenta um ligeiro decréscimo entre 2013/14 e 2015/16. O segundo ciclo evidencia, contudo, um aumento de cerca de 20% entre aqueles anos. O terceiro ciclo apresenta-se praticamente estável (mesmo período). Os diplomados com o grau de mestre correspondem a mais de 80% dos inscritos; nas formações iniciais (licenciaturas e MI) esse valor não chega aos 60%.

Desporto. O número de diplomados, no período de 2013/14 a 2015/16, tem sofrido uma diminuição constante em todos os ciclos de estudo. A diminuição mais acentuada verificou-se nos cursos de segundo ciclo (- 30%). Nos primeiros e terceiros ciclos a diminuição foi menos acentuada. Os diplomados em todos os ciclos de estudo atingem valores inferiores a 60% em relação aos inscritos.

Engenharia. Há uma certa estabilidade no número de licenciados em todos os ciclos de estudos que são oferecidos. O total de diplomados apresenta ligeira subida, embora tenha diminuído o número de inscritos, sobretudo nos mestrados e nos doutoramentos. Estes dados apontam, contudo, para uma melhoria da taxa de sucesso, mas também indicam o aumento do abandono nalguns ciclos de estudo, o que deve merecer preocupação por parte da UP. Os diplomados nos MI representam 75% dos inscritos; nos mestrados, aquele indicador reduz-se para 70%.

Psicologia. Verifica-se a estabilidade do número de diplomados no 2º ciclo (MI), assim como uma ligeira tendência de descida nos outros ciclos de estudo, mais acentuada nos segundos e terceiros ciclos. Com efeito a evolução do número de diplomados no segundo ciclo, para o período de 2013/14 a 2015/16, foi de 95, 73, 72 e no 3º ciclo foi de 36, 31, 25, respetivamente. O número de licenciados ultrapassou os 85% em relação aos inscritos; no caso dos MI aquele indicador quedou-se pelos 80% e nos mestrados foi de 65%.

Ciências da Nutrição. As vagas do primeiro ciclo são normalmente ocupadas. As vagas dos segundos e terceiros ciclos não ficam esgotadas. A Faculdade promove contactos com entidades empregadoras para facilitar a entrada dos diplomados no mercado de trabalho. A percentagem de diplomados que obtiveram emprego em sectores de atividade relacionados com a área do ciclo de estudos é de 79%. A percentagem de diplomados que obtiveram emprego até um ano depois de concluído o ciclo de estudos é de 39%.

Farmácia. Segundo um inquérito da própria Faculdade, a taxa de desemprego em três anos (2013, 14 e 15) era de 6,5%. Uma maioria significativa (83%) conseguiu encontrar o primeiro emprego, no máximo, ao fim de seis meses. Os diplomados com o grau de mestre ou de doutor conseguem o primeiro emprego ao fim de um ano.

Medicina. O MI é responsável anualmente por quase 400 diplomados. Os mestrados respondem com

100 diplomados por ano e, para igual período, 40 estudantes concluem o seu doutoramento. A Faculdade reconhece que faltará estruturar uma iniciativa no sentido de acompanhar os diplomados. Medicina Dentária. O inquérito aos diplomados lançado pela Faculdade permitiu evidenciar que 76% dos diplomados tem emprego regular e a tempo integral. O mesmo inquérito revela que há uma grande adequação da formação inicial às funções profissionais desempenhadas. A Faculdade organiza o Curso de Introdução à Atividade Profissional, em colaboração com a respetiva Ordem, para facilitar a inserção dos profissionais no mercado de trabalho.

ICBAS. Os estudantes que frequentam as licenciaturas terminam os seus graus em três anos (42%); no caso dos MI, 82% dos estudantes terminam o curso em cinco anos. No que respeita aos mestrados, 88% dos mestrados terminam o seu grau em dois anos. Dois terços dos diplomados obtiveram emprego até um ano após a conclusão do ciclo de estudo. Contactos vários com entidades exteriores promovem a empregabilidade dos diplomados, com exceção da Medicina. A percentagem de diplomados que obtiveram emprego em sectores de atividade relacionados com a área do ciclo de estudos é de 100%.

B2. Corpo docente

B2.1. Adequação em número, qualificação e especialização

Apreciação geral da adequação do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Arquitetura. Os 85 docentes correspondem a 69 ETI; 62 doutorados (58,6 ETI). Há uma percentagem grande de docentes não doutorados que resulta de contratos antigos, estando o número de doutores em crescimento. Catedráticos (2) e Associados (9): o número é extremamente baixo. O corpo docente é adequado em termos de áreas científicas, mas relativamente envelhecido. Para os cerca de 1000 estudantes o corpo docente é razoável, 12,2 estudantes/docente. A Faculdade não tem feito a avaliação dos docentes.

Belas Artes. Dos 73 docentes, 48 estão a tempo integral e 25 a tempo parcial (16 são assistentes). Existem 3 Catedráticos e 3 Associados, muito longe da percentagem de 50% recomendada. No que diz respeito às áreas científicas, o corpo docente é adequado. Se consideramos os 937 estudantes de 1.º e 2.º ciclo teremos 12,8 por docente o que é bastante razoável.

Direito. Registam-se 50 docentes (38,8 ETI, dos quais 32,83 são doutores). Existem 2 Catedráticos, 7 Associados (e um Associado convidado), que no conjunto representam uma percentagem baixa em relação a 50%. Existem 12 Mestres como Assistentes Convidados e 3 Licenciados, situação que deveria ser corrigida. No que diz respeito às áreas científicas existe uma exiguidade de docentes estáveis sobretudo na área da criminologia. O número de estudantes por docente doutorado é superior a 30 e quase 40/doutor ETI, o que deve ser corrigido com a admissão de jovens doutores.

Economia. A FEP conta com 153 docentes (127,7 ETI, dos quais 117,3 são doutores). Catedráticos e Associados representam 27%, muito longe dos 50%. O corpo docente é relativamente envelhecido, 31% acima dos 55 anos. O n.º de estudantes é de cerca de 20 por docente. Deve ser feito um esforço para aumentar o número de doutores.

Letras. A FLUP conta com 197 docentes, dos quais 164 doutores (154,51 ETI), 29 Mestres e 4 Licenciados. Existem 23 Catedráticos e 42 Associados (40% dos doutores). O corpo docente é adequado, estando ligeiramente envelhecido. O n.º de estudantes por docente é de cerca de 16. Ciências, Desporto, Engenharia e Psicologia. As UOs em apreço cumprem o rácio de estudantes por doutor e por doutor a tempo integral previstos nas alíneas b) e c) do art. 47º do RJIES. O valor do rácio mais baixo verifica-se na Faculdade de Ciências e o mais elevado na Faculdade de Desporto. Assinalam-se inúmeras discrepâncias entre os números apresentados no corpo do texto do RAA e nas

tabelas. O corpo docente é altamente qualificado e especializado nas áreas da oferta educativa destas Faculdades, sendo por isso mesmo adequado ao cumprimento da respetiva missão institucional.

Ciências da Nutrição. O número de docentes é relativamente baixo, o que traduz a pequena dimensão da Faculdade. Mas 95% dos docentes são doutorados. Os rácios estabelecidos pelo RJIES são cumpridos.

Farmácia. Todos os docentes com uma dedicação a tempo integral são doutorados. Os rácios estabelecidos pelo EDCU são cumpridos. A Faculdade organiza um conjunto de iniciativas com vista a melhorar o desempenho pedagógico dos docentes.

Medicina. A Faculdade dá uma atenção especial à formação do corpo docente, designadamente à sua componente pedagógica, sem descurar naturalmente a participação em projetos de investigação (nacionais e internacionais). O défice orçamental condiciona a plena contratação de docentes para preencher todas as necessidades, embora a Faculdade consiga recorrer a investigadores afiliados nas diversas unidades de I&D com as quais tem relações.

Medicina Dentária. O corpo docente é numericamente pequeno, maioritariamente com o grau de doutor e adequado às atividades da Faculdade. 96% dos doutores adquiriram o seu grau na Universidade do Porto. 40% dos docentes integram-se em unidades de I&D com classificação de Muito Bom ou superior. Há uma preocupação da Faculdade em organizar ações de formação no domínio pedagógico orientadas para a melhoria do desempenho do corpo docente na área do ensino.

ICBAS. O corpo docente concilia docentes de carreira com docentes convidados, designadamente nas áreas da medicina. Contudo o rácio professores catedráticos+associados/professores de carreira está de acordo com o RJIES, ultrapassando os 50%. Globalmente entende-se que o corpo docente dispõe de dimensão e especialização adequadas à oferta formativa.

B2.2. Estabilidade e dinâmica de formação

Apreciação geral do grau de estabilidade do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Arquitetura. O corpo docente é relativamente estável, embora necessite de ser rejuvenescido, eventualmente através da contratação de doutores e da abertura de vagas para Catedrático e Associado. A FAUP não tem procedido à avaliação dos docentes, situação já referida, o que constitui uma irregularidade.

Belas Artes. O corpo docente é relativamente estável, embora necessite de ser reforçado e rejuvenescido por doutores a tempo integral e pela abertura de vagas para Catedrático e Associado, dada a percentagem bastante reduzida que estas categorias preenchem.

Direito. O corpo docente é relativamente estável, mas necessita de ser rejuvenescido e reforçado por doutores e Catedráticos e Associados.

Economia. Esta Faculdade apresenta um corpo docente estável, mas com a necessidade de ser rejuvenescido com a admissão de novos doutores e Catedráticos e Associados.

Letras. Apresenta um corpo docente estável, embora necessite de algum rejuvenescimento.

Ciências, Desporto, Engenharia e Psicologia. Estas quatro Unidades Orgânicas dispõem de um corpo docente próprio que, pelo tipo e duração dos seus contratos e pelas suas qualificações, lhe confere boa estabilidade. Com efeito, mais de 80% dos docentes, em tempo integral, tem contratos há mais de três anos. Na FADEUP e na FPCEUP todos os docentes são doutorados, enquanto nas FCUP e FEUP existiam alguns dos seus docentes que tinham iniciado doutoramento há mais de um ano. Em todas as UOs verifica-se que não se cumpre o rácio do número de professores catedráticos e associados em relação ao total dos docentes de carreira, como estabelecido no art. 84º do ECDU, uma realidade aliás transversal às Universidades Públicas Portuguesas. No que se refere a dinâmicas de formação, a FEUP menciona a sua ação específica de Ensino e Aprendizagem e a

FPCEUP assinala também várias ações específicas como seria expectável. Quer a FEUP, quer a FADEUP sublinham a existência de ações de formação ao nível da UP.

Ciências da Nutrição. 70,7% dos docentes a tempo integral têm contrato com a Faculdade há mais de três anos.

Farmácia. 97% dos docentes a tempo integral têm contrato com a Faculdade há mais de três anos.

Medicina e ICBAS são Unidades Orgânicas que beneficiam de um número elevado de docentes convidados, embora a maior parte destes elementos seja possuidor do grau de doutor. Mas a quase totalidade dos docentes doutorados a tempo integral têm contratos há mais de três anos.

Medicina Dentária. Sendo uma Unidade de pequena dimensão, a maior parte do corpo docente está a tempo integral (89%). A maior parte dos doutorados com dedicação a tempo integral tem contrato há mais de três anos com a Universidade.

Perguntas B3. a B5.

B3. Instalações

Apreciação geral da adequação das instalações das Unidades Orgânicas.

Arquitetura. As instalações são moderadamente adequadas, bem recuperadas e bem equipadas, dispo de cerca de 10m² por estudante. São disponibilizados para os estudantes, além de outras instalações e equipamentos, 31 estúdios durante 24 horas os 7 dias da semana. Mesmo assim, o relatório refere que seria desejável dispor de mais espaços oficinais e laboratoriais dada a grande procura pelos alunos. Durante a visita foi transmitida a necessidade de ampliação do espaço.

Belas Artes. Esta UO possui um conjunto de instalações que têm vindo a ser recuperadas e adaptadas às áreas ministradas e que carecem de instalações específicas. Pelo relatório, embora seja impossível quantificar a área por estudante, parece haver necessidade de expansão, tendo a UP já adquirido um terreno contíguo para reforço da área oficial. Durante a visita da CAE foi demonstrada a necessidade de expansão.

Direito. Esta UO está instalada no antigo edifício da Faculdade de Engenharia e as CAEs que procederam à acreditação dos cursos deixaram a seguinte nota “instalação excelente, condigna e funcionalmente adequada, na qual a FDUP fica bem acomodada e pode expandir-se nas próximas décadas.” No entanto, durante a visita foi referida a necessidade de ajustamentos.

Economia. Esta UO dispõe de uma ampla área construída e rodeada de uma área significativa (45000 m²) de espaços verdes, com amplos parques de estacionamento. As instalações estão devidamente equipadas, sendo de realçar os meios informáticos, bases de dados e softwares específicos, extensa bibliografia, etc.

Letras. Esta Faculdade funcionou ao longo do tempo em edifícios históricos. A partir de 1995 foi instalada num novo edifício, no Campo Alegre. É constituída por três edifícios bem concebidos, adequados e bem equipados, dispo de ainda de amplos espaços verdes e estacionamento para toda a comunidade académica.

Da análise do RAA não se evidenciam problemas graves de instalações, para as Faculdades de Ciências, Desporto, Engenharia, e Psicologia desenvolverem as suas atividades de Ensino e Investigação. Durante a visita da CAE, a FEUP referiu que, pontualmente, se verifica alguma carência de salas de aula, enquanto a FPCEUP refere alguma limitação de espaços para

investigadores. Ressalve-se, contudo, que as infraestruturas das Faculdades apresentam bom estado geral e se afiguram plenamente capazes de corresponder às necessidades para o Ensino e a Investigação.

Farmácia. Boas instalações, partilhadas atualmente com o ICBAS. A Faculdade tem algumas atividades articuladas com esta outra unidade orgânica da UP.

Medicina. Esta Faculdade dispõe de instalações adequadas, nas quais concilia as atividades de ensino e de investigação. São evocados no Relatório de Autoavaliação uma sala de videoconferência, o biotério, a biblioteca, o centro de simulação biomédica, os serviços de cirurgia experimental e o museu de história da medicina. Aparentemente a Faculdade tem exiguidade de instalações nas unidades clínicas face ao elevado número de estudantes inscritos.

Medicina Dentária. Tem instalações atribuídas de boa qualidade, cobrindo todas as valências relacionadas com o seu funcionamento.

Ciências da Nutrição. Funciona nas instalações da Faculdade de Engenharia, em instalações provisórias. Está prevista a sua transferência para novas instalações, situação que poderá introduzir problemas complicados para os estudantes. Estes frequentam unidades curriculares em diversas Unidades Orgânicas, o que os obriga porventura a realizarem circuitos, percorrendo maiores distâncias.

ICBAS. Esta UO ocupa instalações novas desde 2011. Sublinha a qualidade das instalações e dos recursos materiais, reconhecendo que esta nova realidade favorece o exercício da docência e da investigação científica.

A manutenção dos edifícios parece, assim, ser o desafio maior que as instalações comportam.

B4. Atividades de investigação e desenvolvimento

Apreciação geral das atividades de investigação e desenvolvimento nas Unidades Orgânicas.

As atividades de investigação e desenvolvimento desenvolvem-se nas Unidades de Investigação e têm uma expressão desigual nos diversos domínios científicos.

Nas Belas Artes, os centros de investigação têm uma classificação (FCT) inferior a Bom. Não existem projetos de investigação com financiamento nacional ou internacional em 2015 e 2016, não tendo por isso gerado receitas por esta via.

Direito. Os CI inseridos nesta área não foram ainda avaliados pela FCT ou tiveram classificação de insuficiente. Em 2010-2014 apresentava razoáveis indicadores referentes às suas publicações.

Poucos projetos de investigação.

Economia. Neste domínio são apresentados bons indicadores em termos de publicações científicas e também uma razoável carteira de projetos de investigação. O Centro de Investigação (cef) obteve a classificação (FCT) de Muito Bom e acolhe a maioria dos seus docentes. Há ainda um número considerável de docentes integrados nos CI CMUP e INESC TEC que têm a classificação de excelente.

Letras. Oito CI: um avaliado com Excecional, quatro com classificação Muito Bom, um avaliado com Bom e dois com Insuficiente. Registam-se um considerável número de projetos de investigação.

Arquitetura. Os docentes desta Faculdade estão integrados num CI (CEAU) que obteve a classificação (FCT) de Muito Bom. Apresenta baixos indicadores sobre as suas publicações; e atividades baseadas em projetos de I&D com financiamento nacional.

Desporto. A I&D desenvolve-se em dois CI (CIAFEL e CIFI2D). O CIAFEL foi classificado de Bom (FCT) e integra poucos docentes desta área. O CIFI2D acolhe 80% dos docentes e não foi ainda avaliada, o que traduz uma fragilidade. A produção científica registou, em 2010-2015, um número interessante de publicações. Nesse período foram executados vários projetos de I&D.

Psicologia. Nesta área, a investigação assenta em dois CI (CPUP e CIIE) que tiveram classificação de Excelente e Muito Bom (FCT). Durante o período de referência, o desenvolvimento dos CI podem ser avaliado pelas publicações dos seus membros: cerca de 640 artigos científicos e 153 livros e capítulos de livros. É igualmente assinalável os projetos nacionais e internacionais em que estão envolvidos.

Ciências. A investigação realizada pelos docentes/investigadores desta UO desenvolve-se em 18 UIs. Oito dessas Unidades têm estatuto jurídico autónomo e várias fazem parte de entidades que resultam de parcerias com outras Universidades. 14 dessas Unidades apresentam classificação FCT igual ou superior a Muito Bom, o que atesta a qualidade da investigação científica. As publicações em revistas científicas internacionais, com a participação de autores afiliados à FCUP, atingiram os 1099 trabalhos (2016). No período compreendido entre 2010 e 2015, a contribuição da FCUP para o número total de publicações científicas internacionais da U.Porto variou entre os 26.2% e os 30.5%.

Engenharia. Nesta área, as atividades desenvolvem-se em CI com várias tipologias: sediadas na FEUP; sediadas noutras UO da U.Porto; com personalidade jurídica própria, sendo a U.Porto uma associada; em Núcleos de investigação (associações de docentes e investigadores doutorados em tempo integral, provenientes de um ou mais Departamentos); ou em Instituições exteriores à U.Porto, com ou sem relacionamento formal com a U.Porto.

Aproximadamente 50% dos docentes e investigadores da FEUP realizam as suas atividades de I&D em sete unidades de investigação sediadas na FEUP. Os restantes distribuem-se por UCI com outros estatutos. A classificação pela FCT das unidades sediadas na FEUP e nos institutos de interface foi a seguinte: 1-Excepcional; 3- Excelente; 5-Muito Bom e 1-Bom. Os resultados desta situação são evidenciados pelo número de publicações indexadas à Web of Science que, em 2014, somou 686 publicações, correspondendo a 1,8 publicações por Docente e Investigador doutorado equivalente a tempo integral. Em 2016 foram criadas 21 empresas com a chancela “spin-off FEUP”.

Ciências da Nutrição. Em cinco anos (2010-2014), os investigadores foram responsáveis por 292 registos de todos os tipos na base de dados ISI. O número de investigadores integrados em UIs é moderado; uma fração significativa destes docentes não estão ainda inseridos em CI. Os nove centros associados à Faculdade obtiveram boas classificações na última avaliação da FCT: excepcional (2), Excelente (2), Muito Bom (4) e um com Bom.

Farmácia. Todos os docentes da Faculdade estão integrados em CI: 95% destes estão integrados em unidades de I&D que tiveram classificação de Excepcional, de Excelente e de Muito Bom. Sublinha-se a prática de integrar os estudantes nas atividades de I&D, designadamente através de algumas unidades curriculares. Nos últimos anos foram registadas sete patentes nacionais e cinco internacionais.

Medicina. A atividade científica tem sido intensa. O número de artigos indexados no ISI passou de 409 (2010) para 687 (2014). Foram registadas uma média anual de 2/3 patentes. Os CI tiveram uma classificação de Muito Bom ou superior.

Medicina Dentária. As atividades de I&D são caracterizadas por uma elevada interdisciplinaridade. A I&D realizada pelos investigadores desta área acusa uma elevada dispersão, admitindo-se que se torna necessário encontrar uma outra orientação mais coerente. Não há centro de investigação algum sediado nesta UO. Estas atividades são desenvolvidas em parceria com investigadores de outras UO e a inserção dos investigadores faz-se em CI da UP, com classificação de Muito Bom, Excelente e Excepcional.

ICBAS: A sua atividade orienta-se em múltiplas áreas relacionadas com preocupações das sociedades atuais. A perspetiva da multidisciplinaridade está presente nas linhas de I&D, o que fomenta também projetos de colaboração com outras entidades (internas e externas). A produção científica é relevante, assim como os projetos de investigação. As atividades de I&D têm um reflexo fundamental no ensino, ao nível da graduação e da pós-graduação.

B5. Produção artística

Apreciação geral das atividades de produção artística nas Unidades Orgânicas.

Todas as Unidades Orgânicas valorizam as atividades de produção artística e reconhecem que as mesmas têm grande interesse não só para o desenvolvimento do perfil cívico dos estudantes, como também para aumentar as relações com a comunidade. Neste domínio destaca-se o papel dos grupos estudantis na dinamização das atividades culturais desenvolvidas nas Faculdades. No entanto, a produção científica não terá sido suficientemente entendida na sua vertente de arte-ciência, isto é,

de cruzamento entre áreas distintas do saber e, portanto, de trabalho cooperativo entre Departamentos e/ou Faculdades de raiz diferente.

As Faculdades de Arquitetura e de Belas Artes participam e organizam numerosos eventos culturais em associação com agentes da comunidade local, como a Câmara Municipal do Porto, o Museu Nacional Soares dos Reis e diversas Galerias de Arte.

Pode realçar-se a exposição Anuária, através da qual se divulga trabalhos dos estudantes da Faculdade de Arquitetura, os quais são posteriormente inseridos no Repositório da Universidade do Porto.

A FEUP criou um Comissariado Cultural que de algum modo coordena as atividades culturais e artísticas elaborando uma programação que envolve música, teatro, exposições, ciclos de cinema, etc. Boa parte destes eventos são gratuitos e abertos à comunidade envolvente. Os projetos FEUP como o Grupo Jazz, o Grupo Vocal, a Oficina de Pintura, a Orquestra Clássica e o Projeto Teatral, que conta com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, mobilizam semanalmente cerca de 200 participantes. Em 2016 as atividades do Comissariado Cultural atingiram cerca de onze mil pessoas. Têm sido gravados alguns CDs pelos Grupo Jazz e Vocal e pela Orquestra Clássica da FEUP. Na FCUP regista-se igualmente a realização de eventos, geralmente de cariz solidário, onde se envolvem a Cientuna-Tuna Feminina FCUP, o Grupo de Fados, a Javardémica-Tuna da FCUP e o TicTac - teatro amador, que tem participado em Festivais de Teatro Universitário. Registe-se igualmente as exposições realizadas, nos últimos anos, na Biblioteca da FCUP subordinadas ao tema “Ciência”.

A FADEUP tem organizado, em colaboração com a FBAUP um número significativo de exposições com temáticas relacionadas com as atividades da própria Faculdade. Mantem-se ativo o Núcleo de Dança que participa em eventos académicos nacionais e internacionais, dirigido à comunidade estudantil, onde representem a UP. Anualmente organizam o Sarau Música e Movimento que procura ser uma mostra da população estudantil da FADEUP.

A FPCEUP desenvolve com o Grupo de Teatro de Estudantes, designado Alextimia, eventos teatrais abertos ao público em geral; atividades na área cinematográfica, organizando ciclos de cinema e mostras de curtas-metragens subordinadas ao tema “A Cultura e a Arte em Portugal”; organiza o evento “A FPCEUP tem talento” com o intuito de promover e divulgar para o exterior as qualidades artísticas dos próprios estudantes.

A Produção Artística nas restantes UO reduz-se a eventos organizados pelas próprias UOs, frequentemente com o apoio dos Alumni e de outras entidades, muitas vezes destinadas a assinalar datas especiais.

Identificam-se igualmente atividades de divulgação científica e outras orientadas para a formação de estudantes em áreas complementares às áreas científicas das Faculdades.

Perguntas B6. a B7.

B6. Prestação de serviços à comunidade

Apreciação geral das atividades de prestação de serviços à comunidade (incluindo atividades de promoção cultural, artística e desportiva) nas Unidades Orgânicas.

Todas as UO revelam uma intensa atividade de interação com a comunidade, desenvolvida quer através da prestação de serviços, quer da cooperação. Estas atividades constituem uma importante fonte de receitas próprias em todas as Faculdades.

A FBAUP destaca as atividades promovidas pelo Centro de Estudos em Design e Artes, através das atividades de consultadoria e de desenvolvimento de projetos na área do Design e das Artes plásticas. No Museu da Faculdade organizam-se exposições de curta duração. São oferecidos cursos curtos de formação. Nestas atividades são envolvidos os docentes e técnicos da Faculdade e os

estudantes de todos os ciclos de estudo.

As atividades de prestação de serviços da FDUP são enquadradas nos CI e na Escola de Criminologia (EC) e envolvem serviços no domínio do direito e da criminologia. No âmbito da EC são realizadas avaliações de programas de intervenção local e elaborados estudos sobre senting. Também são organizados ciclos de formação para técnicos de reinserção social e cursos de formação em temas criminológicos.

Na FEP destacam-se os Projetos de Educação Financeira e o Projeto “Connet to Success” realizados pela FEP Júnior. Também oferece um vasto leque de cursos de MBA, pós-graduação e cursos de curta e média duração e de formação livre no âmbito da Porto Business School.

A FLUP destaca os serviços de tradução, revisão e interpretação em diversas línguas Europeias e Asiáticas. As atividades são geridas pela Unidade de Apoio à Prestação de Serviços (UNAPS) que, em articulação com o Gabinete de Educação Continua, oferece cursos de formação especializada.

Os serviços prestados pela FAUP são essencialmente estudos, assistência técnica e projetos focados na reabilitação de edifícios ou de requalificação urbana. A gestão destes projetos é realizada pelo Centro de Estudos da Faculdade. Esta Faculdade também oferece Cursos Livres e Cursos de Estudos Avançados através da Universidade Júnior.

A FCUP detinha, em 2016, um número assinalável de protocolos de prestações de serviços, (57 empresas/instituições). Existem duas estruturas específicas - Laboratório de Exame de Documentos e Escrita Manual (LEDEM) e o Centro de Cibersegurança e Privacidade - que prestam diferentes tipos de serviços à comunidade.

A FPCEUP presta serviços à comunidade através do Serviço de Consulta Psicológica (SCP), em diferentes áreas de intervenção no domínio da Psicologia. Este serviço integra o Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas, o Serviço de Consultoria em Psicologia do Trabalho e o Serviço de Consultoria em Psicologia das Organizações e dos Recursos Humanos. Prestam também serviços de consultoria a empresas e autarquias. De referir ainda os serviços prestados ao Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), com protocolos com 10 Agrupamentos de Escolas do Distrito do Porto.

A FEUP criou uma estrutura - Divisão de Cooperação (DCoop) - que procura, de diferentes formas, divulgar o conhecimento/tecnologia, e desse modo atrair empresas nacionais e internacionais para colaborar com a FEUP e para tornar o Parque de Ciência e Tecnologia da UP num centro de desenvolvimento. De referir que nos últimos 3 anos tiveram início mais de 350 contratos de prestação de serviços. De igual modo foi criado um organismo (Industry Liason Office da FEUP) com o objetivo de promover e estimular a ligação entre a FEUP e a indústria nacional e internacional.

Uma outra aposta da FEUP tem a ver com o relacionamento com os alumni, no âmbito do qual se realiza anualmente um encontro alumni “Regresso a Casa”, para fomentar uma cooperação futura.

A FADEUP interage com a sociedade, desenvolvendo um conjunto de atividades de prestação de serviços orientadas para o desenvolvimento das comunidades. Deste modo possibilita a populações, em idade escolar, a prática desportiva de várias modalidades desportivas. Os espaços desportivos exteriores da Faculdade são abertos à prática desportiva por clubes da cidade. Para enquadrar a prática do atletismo por atletas dispersos e sem condições foi criado pela Faculdade o clube “Escola em Movimento” que integra cerca de 150 atletas. Os ginastas do Sport Club do Porto podem utilizar as instalações de excelência da FADEUP: são cerca de 200 atletas dos mais jovens até ao mais alto nível (um atleta olímpico) que treinam nestas instalações e para os quais são mobilizados professores e estudantes da Faculdade. A Faculdade desenvolve também programas de intervenção na área da saúde. Neste caso existem protocolos com Associações Específicas e com Unidades Hospitalares que determinam o nº e a tipologia dos utentes que frequentam esses programas orientados pela Faculdade.

A área das Ciências da Nutrição desenvolve contactos diversos com entidades externas, promovendo ações com impacto assinalável junto das comunidades.

No domínio da Farmácia, são identificados aspetos de colaborações externas nos domínios da produção de vinhos, dos produtos alimentares, da cosmética. Uma colaboração com a região dos

Açores permite desenvolver linhas de I&D nas áreas do termalismo, lamas termais e águas engarrafadas. Inúmeras atividades de consultoria e de extensão científica são desenvolvidas pelos docentes da Faculdade.

A Faculdade de Medicina para além da colaboração com diversos organismos, na área da saúde, mantém também projetos de colaboração com os PALOP.

A Faculdade de Medicina Dentária, através da mobilização dos seus estudantes, realiza cerca de trinta mil consultas anuais. Há colaborações pontuais com diversas entidades, como por exemplo a Liga Portuguesa Contra o Cancro, a Junta e Freguesia de Paranhos, etc.

Diversas são as relações do ICBAS com o exterior. As áreas principais da cooperação são as ciências do meio aquático, as ciências veterinárias e a saúde humana. Os programas de doutoramento têm procurado financiamento externo, designadamente da parte da indústria farmacêutica.

B7. Colaboração nacional e internacional

Apreciação geral das atividades em cooperação nacional e internacional nas Unidades Orgânicas. Todas as Faculdades revelaram manter colaborações com outras instituições, nacionais e estrangeiras, para desenvolverem projetos de investigação e para atividades de ensino através da oferta de cursos em parceria. No âmbito da internacionalização do ensino todas destacaram as parcerias com instituições estrangeiras ao nível do Programa Erasmus, o que permite uma boa dinâmica de mobilidade in e out de estudantes, docentes e técnicos.

Neste domínio também é preciso destacar o enriquecimento de alguma oferta formativa interna, estabelecida em cursos baseados em associações interdisciplinares, organizados por diferentes Faculdades, os quais têm elevado potencial de inovação.

A FBAUP destaca a colaboração com a Universidade de Lisboa, Universidade de Aveiro na oferta de cursos de doutoramento. Nas atividades de investigação destacam a participação em várias redes internacionais e a colaboração em projetos que envolvem instituições de vários países Europeus e dos Estados Unidos, onde também se inclui a Universidade de Coimbra e a Universidade Nova de Lisboa. Nos projetos de cooperação destaca-se a colaboração com instituições dos PALOP. A prestação de serviços abrange parcerias com instituições da região Norte e protocolos com escolas de 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário.

A FDUP destaca no âmbito do ensino os acordos de cooperação com universidades do mundo europeu, iberoamericano e africano. Realiza também pareceres e avaliação de programas para instituições do sistema de justiça e segurança como a Procuradoria-Geral Distrital do Porto, Presidência do Conselho de Ministros, Tribunal da Relação do Porto, Polícia de Segurança Pública, Polícia Judiciária e Guarda Nacional Republicana.

A FEP está integrada em várias redes internacionais e de creditação, o que lhe permite a ligação com prestigiadas escolas de Economia e Gestão e com prestigiados parceiros empresariais. A nível nacional destaca o relacionamento regular com instituições financeiras, com Fundações, com entidades da Administração e com diversas Ordens profissionais. A nível local, destaca-se a colaboração institucional com entidades diversas da cidade do Porto.

A FLUP tem colaborações em cotutela em vários doutoramentos, coordena um curso de mestrado Erasmus Mundus e é parceira num curso de doutoramento Erasmus Mundus. Também tem parcerias nacionais e internacionais no desenvolvimento de projetos de investigação.

A FAUP destaca os acordos de colaboração internacional para realização de estágios com vários parceiros e abrangendo diversos países. Na área da investigação tem estabelecido protocolos de colaboração com diversos CI nacionais.

A FCUP tem, na oferta formativa, um número elevado de acordos de cotutela, principalmente ao nível de doutoramento, com universidades estrangeiras. Através do Relatório de Autoavaliação, regista-se o envolvimento direto com vários países. Dos projetos de investigação em execução, mais de metade correspondem a consórcios nacionais e internacionais. Nos últimos anos houve um número significativo de estágios em ambiente empresarial ou suportados pelo Programa Erasmus+. O Relatório de Autoavaliação refere a importância da colaboração internacional, a qual se pode

avaliar “pelo facto de cerca de 58% dos seus documentos, que derivam da sua atividade de Ensino e de I&D, serem citáveis como associados a esse tipo de colaboração”.

A FPCEUP tem uma forte colaboração com universidades brasileiras em programas doutorais. Colabora também com a ULisboa num programa doutoral. É membro do projeto - Initial Training Network, Programa Marie-Curie, Universities in the Knowledge Economy- no qual participam mais cinco universidades europeias. E desenvolve projetos de investigação com inúmeras universidades estrangeiras. Verifica-se ainda uma intensa cooperação com instituições públicas e privadas tanto a nível local como a nível nacional.

A FEUP tem, para além dos acordos Erasmus+ que promovem a mobilidade de estudantes e docentes, protocolos de parcerias com inúmeras universidades da América Latina, designadamente da rede Magalhães. No âmbito da oferta formativa, contemplam a cooperação em Pós-graduações, com dupla titulação e cotutela de doutoramentos. A FEUP desenvolve programas específicos com o MIT e a CMU com reflexos em programas de mestrados e doutoramentos. Em 2015/16 foram cerca de 700 os estudantes envolvidos nestes programas de mobilidade. A FEUP integra várias Redes Internacionais. A sua colaboração nacional, com empresas e outras instituições, é também muito intensa.

A FADEUP tem uma colaboração estabelecida com várias UO da UP, com a ESE Porto e com a UAveiro, para manter em funcionamento algumas pós-graduações. Tem igualmente colaboração com países lusófonos na formação pós-graduada e na formação e capacitação de recursos humanos. Refira-se ainda a colaboração em projetos de intervenção comunitários à escala nacional e internacional, nos quais se envolvem outras IES e Autoridades de Saúde.

A Faculdade de Ciências da Nutrição desenvolve contactos diversos com entidades nacionais e estrangeiras, no âmbito da sua atividade, assim como a Faculdade de Farmácia. Ambas as instituições fomentam a mobilidade dos estudantes, beneficiando do apoio do Programa Erasmus+. A Faculdade de Medicina estabeleceu uma série de protocolos com entidades do setor da saúde, o que permite que os seus estudantes tenham uma relação desde muito cedo com as instituições relacionadas com o setor da saúde. Também no domínio internacional, a Faculdade regista um elevado grau de relacionamento com universidades estrangeiras, com sociedades científicas e outras entidades internacionais.

A Faculdade tem ciclos de estudo (2º e 3º ciclos) organizados em colaboração com outras unidades orgânicas da UP. Estabelece acordos bilaterais com universidades dos PALOP e da América Latina. O ICBAS desenvolve iniciativas através de parcerias diversas com entidades nacionais e estrangeiras.

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

No caso de o sistema estar definido a nível institucional (certificado ou não pela A3ES) preencher o campo B8.3.

B8.1. Evolução do sistema (no caso de sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica)

Apreciação geral da evolução dos sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica, desde a sua certificação.

<sem resposta>

B8.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistemas não certificados a nível de Unidade Orgânica)

Apreciação geral do estado de desenvolvimento dos sistemas definidos a nível de Unidade Orgânica não certificados pela A3ES.

<sem resposta>

B8.3. Contributo da Unidade Orgânica para o funcionamento do sistema (no caso de sistema a nível da Instituição)

Apreciação do contributo das Unidades Orgânicas para o funcionamento do sistema interno de

garantia da qualidade da Instituição.

Todas as Faculdades aplicam os mesmos procedimentos e executam a política de qualidade da Universidade do Porto. Embora não pareça haver diferenças substanciais na implementação dos referenciais e dos processos e procedimentos entre as várias UO, destaca-se na FDUP, a aplicação de inquéritos próprios de monitorização do percurso dos estudantes pelo Gabinete do Estudante, Empregabilidade e Alumni. A CAE considera que este procedimento pode prejudicar os resultados, dado que constitui uma duplicação do inquérito de empregabilidade aplicado pela Universidade no âmbito do SIGQ, situação que deve ser devidamente ponderada para evitar leituras equívocas.

No sentido positivo destaca-se a iniciativa da FEP ao constituir um Gabinete de Melhoria Continua para dinamizar a aplicação da política de qualidade em articulação com o Gabinete da Qualidade da Universidade do Porto (GEEMC). Também parece uma prática recomendável o desenvolvimento do sistema de planeamento em articulação com o da Universidade. Este sistema tem como referência a preparação de um Plano Estratégico próprio, articulado através de metas com os Planos de Atividades anuais e os respetivos Relatórios de Atividades de monitorização das atividades e das metas. Estes documentos são elaborados pelo Conselho Consultivo da Faculdade e aprovados nos diversos órgãos, incluindo o Conselho de Representantes que integra os vários stakeholders.

A perceção recolhida pela CAE durante a visita é de que não há diferenças substanciais na implementação dos referenciais e dos processos e procedimentos do SIGQ entre as várias Faculdades. Esta situação alicerça-se no sistema informático SIGARRA que abrange todas as UO, que permitiu a uniformização da aplicação de processos e de procedimentos e, em especial, de todos aqueles que dizem respeito ao SIGQ. Estes processos incluem as diversas fases do ciclo de qualidade, que incluem o planeamento, monitorização dos resultados, análise crítica e implementação dos procedimentos de melhoria continua.

A FPCEUP criou o Gabinete para a Promoção da Qualidade (ProQual). O ProQual colabora na monitorização do estado de preenchimento das Fichas de Unidades Curriculares, Inquéritos Pedagógicos da Universidade e Relatórios de Unidades Curriculares, fornecendo indicadores aos membros do Conselho Executivo para que possam elaborar planos de melhoria em articulação com as comissões de curso e com o Conselho Pedagógico. A FPCEUP disponibiliza no site um Livro de Visitas, de subscrição anónima, para a apresentação de sugestões ou reclamações, as quais são respondidas pelo ProQual, após a respetiva análise. O ProQual produz anualmente indicadores do desempenho institucional nos domínios do ensino/aprendizagem, investigação e serviços à comunidade, dinamizando deste modo a aplicação da política de qualidade.

Apenas há a apontar a situação da Faculdade de Arquitetura que, como atrás se afirmou, ainda não adotou o sistema de avaliação de desempenho dos docentes, situação que será referida nas condições de acreditação.

Foi referida por várias UO a baixa adesão aos inquéritos pedagógicos, que acolhem a satisfação dos estudantes (nalguns casos 30% ou menos), evidenciando a necessidade quer de simplificar tanto quanto possível os inquéritos, quer de uma maior consciencialização por parte dos estudantes do poder que podem dispor para alterar/melhorar positivamente a situação do ensino-aprendizagem.

B9. Apreciação global, pontos fortes, pontos fracos e recomendações de melhoria

B9.1. Apreciação global das Unidades Orgânicas

Apreciação global da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

De uma forma geral, e como ponto forte, é de salientar o sentimento de pertença às respetivas Faculdades e à Universidade do Porto, bem como o orgulho mencionado pelos estudantes em todas as reuniões realizadas pela CAE.

As fragilidades mais significativas situam-se ao nível do corpo docente que, de uma forma geral regista um número insuficiente de doutores, necessita de ser rejuvenescido e de aumentar, em muitos casos, a percentagem de Professores Catedráticos e Associados. A FAUP não tem efetuado a avaliação dos docentes, situação já referida e que constitui uma irregularidade. Algumas Unidades Orgânicas apresentam um número significativo de cursos descontinuados, não se sabendo se este facto acontece por diminuição de candidatos ou se pela adoção de medidas de racionalização. É desejável que as medidas de racionalização, referidas no Relatório de Autoavaliação e transmitidas também nas reuniões com a CAE, possam continuar na oferta de 2.ºs e 3.ºs Ciclos, até para evitar uma dispersão do corpo docente e um melhor preenchimento das vagas oferecidas. Recorde-se que a Universidade do Porto, no seu conjunto, têm acreditadas e registadas 59 licenciaturas e mestrados integrados e 314 mestrados e doutoramentos!

Seria desejável a oferta de mais cursos em língua inglesa para melhorar a captação de estudantes internacionais de países não pertencentes à CPLP, abrangendo os 2.ºs e 3.ºs Ciclos para os quais existe um número significativo de vagas não ocupadas.

Nalgumas Faculdades, designadamente na FAUP, FBAUP, FDUP, FEP e FLUP, poder-se-á salientar as instalações adequadas e bem equipadas, mas a necessitar urgentemente de expansão nos casos das Belas Artes, Arquitetura e Direito. Contudo, é necessário sublinhar que a CAE não realizou visitas às instalações, recolhendo apenas opiniões e sugestões veiculadas normalmente por diversos intervenientes de uma mesma Unidade Orgânica.

Algumas Faculdades apresentam uma boa interação com a comunidade através da oferta de serviços e de cursos de formação que lhes permitem a arrecadação de um importante valor de receitas próprias. Apresentam também boas parcerias com instituições de ensino superior estrangeiras para promover a mobilidade dos docentes, estudantes e técnicos no âmbito do Programa Erasmus. Registam-se também, nalguns casos, uma boa integração no seio da Universidade, traduzida no número de cursos em associação oferecidos pelas diferentes UO. Apresentam um elevado grau de implementação do SIGQ e de apropriação da política de qualidade, fruto da adoção da plataforma informática comum SIGARRA.

O número de docentes não integrados em Unidades de Investigação, externamente avaliadas, é ainda muito elevado, sendo que este deverá ser uma das linhas estratégicas a adotar nos próximos anos.

Embora não tivessem sido visitadas, como atrás foi referido, a generalidade das Unidades Orgânicas, de acordo com o RAA e com as opiniões recolhidas pela CAE durante a visita, dispõe de instalações bem equipadas e adequadas para responder às necessidades de ensino e investigação. Em particular, a FADEUP enfatizou a excelência das suas instalações e equipamentos, que fazem desta Faculdade uma das instituições com melhor infraestrutura de apoio ao ensino e à investigação na Europa. A satisfação de pertencer à Universidade do Porto baseia-se, também, na opinião dos estudantes, na excelente relação de proximidade professor-estudante e a grande disponibilidade dos docentes. Contudo, os estudantes lamentaram-se da dispersão dos polos, o que dificulta a articulação dos horários, sobretudo para os que frequentam unidades curriculares de opção oferecidas por outras Unidades Orgânicas. A existência de fundos de emergência social e de políticas de inclusão foram também apontadas como elementos positivos.

O corpo docente tem qualidade, é adequado e mostra grande motivação apesar das circunstâncias que têm ditado uma reduzida abertura de concursos, com a dificuldade de garantir os rácios referidos no RJIES. Foi sistematicamente referida a necessidade do seu rejuvenescimento. A política de contratação de professores, embora permita rejuvenescer o corpo docente, deve ser encarada com prudência, nomeadamente tendo presente a maior e necessária conciliação entre a docência e a investigação.

A oferta formativa é, no geral, extensa. A oferta ao nível do 2º e 3º ciclos deve merecer uma reflexão,

pois supera em larga escala a procura. A racionalização, atrás referida, será eventualmente uma das vias que deve preocupar a Universidade.

A procura dos cursos dos primeiros ciclos é excelente, o que é evidenciada pela pressão exercida pelos candidatos ao Concurso Nacional de Acesso (CNA), revelada não só no número de candidatos, como igualmente nas médias de candidatura e no aumento das escolhas dos cursos como 1ª opção. Deteta-se também uma significativa colaboração com instituições nacionais e estrangeiras no desenvolvimento de projetos de investigação e em projetos de ensino.

No domínio da investigação científica, para além de verificação de que um elevado número de docentes não estão integrados em Unidades de Investigação, a Universidade deverá refletir com maior profundidade sobre a relação entre as Unidades de Investigação, as Faculdades e a Reitoria. O Relatório de Autoavaliação não incidiu nas Unidades que têm um estatuto privado sem fins lucrativos, mas na visita a CAE não deixou de sublinhar este aspeto que gera disfunções na gestão racional dos recursos públicos e na melhor articulação entre a oferta formativa e a investigação científica.

A interação com a comunidade atinge um bom nível, através da oferta de prestação de serviços, de cursos de formação e de outras formas de relacionamento.

Como se afirmou anteriormente, as diversas Faculdades apresentam um elevado grau de envolvimento no SIGQ.

B9.2. Áreas de excelência

Identificação de áreas de excelência.

A identificação das áreas de excelência resulta da avaliação da CAE, tendo em atenção prioritariamente os critérios definidos pela A3ES.

No domínio da qualificação do corpo docente, designadamente dos rácios definidos no RJIES, apenas a Faculdade de Direito não cumpre, conjuntamente, os dois indicadores. Na verdade, à data de elaboração do Relatório de Autoavaliação, a Faculdade de Direito tinha um número de estudantes por doutorado a tempo integral superior a 40, sendo o limite máximo permitido por este indicador de apenas 30 estudantes. Todas as restantes Faculdades cumpriam os dois indicadores respeitantes ao número de estudantes por doutorado a tempo integral (inferior a 30) e ao número de estudantes por doutorado a tempo integral (inferior a 60).

No que respeita ao Sistema de Garantia de Qualidade, a Universidade do Porto (e todas as suas Unidades Orgânicas) têm esse sistema em funcionamento, razão pela qual este critério não suscita qualquer dúvida.

Um terceiro critério incide sobre os ciclos de estudo não acreditados. Este critério pode revelar que a estrutura pedagógica, científica e logística que dá suporte à proposta de acreditação de certos ciclos de estudo não é suficientemente robusta para admitir o funcionamento dessa opção (ou dessas opções). Apreciação que, naturalmente, abrange a própria Unidade Orgânica. Analisados os parâmetros que impediram a A3ES de acreditar ciclos de estudo, situação que teve lugar em cinco Faculdades, pode concluir-se que apenas uma delas revela fragilidades na sua estrutura para poder oferecer os ciclos de estudo propostos. As razões da não acreditação dos ciclos de estudo em quatro Faculdades fundam-se maioritariamente em questões de cooperação externa, de ajustamentos de calendários e/ou em áreas científicas que poderiam ser convocadas para melhor responder aos objetivos dos ciclos de estudo propostos. A Faculdade de Belas Artes (FBAUP) que teve, no primeiro ciclo de avaliações, três ciclos de estudo não acreditados, pelo que esta Unidade Orgânica não deverá ser considerada no quadro das áreas de excelência.

Finalmente o quarto critério resulta do nível de produção científica da responsabilidade do corpo docente, traduzido na avaliação externa dos Centros de Investigação que acolhem os docentes/investigadores de cada Unidade Orgânica. A estrutura em rede das Unidades de Investigação Científica, da Universidade do Porto, não permite avaliar este critério de forma fácil, perante a filiação cruzada de muitos docentes/investigadores e a ausência de Unidades de Investigação ou de Polos de I&D nalgumas Unidades Orgânicas. De qualquer forma, a situação

crítica verifica-se com evidência na Faculdade do Desporto (FADEUP) e na Faculdade de Direito (FDUP). A Faculdade de Desporto encontra-se, de forma explícita, em situação não conforme com este critério. Os seus docentes/investigadores encontram-se filiados em Unidades de Investigação sem avaliação externa (CIFI2D) ou com uma avaliação externa com a classificação de Bom (CIAFEL). Na Faculdade de Direito a quase totalidade dos docentes/investigadores estão associados a quatro Centros de Investigação. Três deles não foram submetidos a avaliação externa (IDP, IJI e CJS), e um outro teve uma classificação de Razoável/Fair (CIJE).

Em resumo, as Faculdades que a CAE entende cumprirem os critérios e serem admitidas como áreas de excelência são as de Arquitetura, Ciências, Ciências da Nutrição, Economia, Engenharia, Farmácia, Letras, Medicina, Medicina Dentária, Psicologia, assim como o ICBAS. As Faculdades que não atingem um nível de excelência são as Faculdades de Belas Artes, Desporto e Direito.

B9.3. Áreas com fragilidades

Identificação de áreas com fragilidades específicas.

As considerações que se podem desenvolver nesta capítulo são, genericamente, o reverso do que foi comentado e proposto no capítulo B.92 (Áreas de Excelência).

Poder-se-ão evocar outros domínios para os quais se detetam igualmente algumas fragilidades. Um desses domínios é a segmentação, porventura excessiva, das Unidades Orgânicas. Algumas Faculdades apresentam-se com uma dimensão reduzida, quando comparada com outras. Recorde-se que as Faculdades de Ciências da Nutrição e de Medicina Dentária colhem, cada uma, um pouco mais de 400 estudantes, a maior parte deles concentrados no 1º ciclo. O efeito de escala que gera maior ambiente académico, que proporciona dimensão no corpo docente para multiplicar interações, que facilita abertura ao exterior ou que dilui as diversas funções de coordenação e/ou administrativas, necessárias necessitam de tempo para o seu desempenho.

Trata-se de uma reflexão que a Universidade do Porto poderá suscitar e que conduzirá a uma maior simplificação da sua estrutura organizativa interna.

B9.4. Recomendações de melhoria

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

A recomendação de melhorias reparte-se entre o capítulo exclusivamente dedicado às Unidades Orgânicas e o capítulo destinado à própria Universidade

Corpo docente. As recomendações neste domínio repartem-se entre vários níveis: (1) integração generalizada dos docentes/investigadores em Unidades de Investigação; (2) adoção e, simultaneamente, simplificação dos procedimentos de avaliação do desempenho dos docentes, com especial incidência na Faculdade de Arquitetura que, à data da visita da CAE, não tinha ainda iniciado este processo; (3) definição de uma estratégia para progressivamente se atingir o rácio definido quanto à expressão do conjunto de professores associados e catedráticos no conjunto dos professores de carreira; (4) desenvolver dispositivos para a distribuição plurianual do serviço docente de modo a permitir a diversificação das formas de combinar docência, investigação, relações com a comunidade, bem como tarefas de administração no seio da Unidade Orgânica; (5) estabelecer uma política centralizada nas UOs para atribuição de perfis aos docentes que permita flexibilizar a distribuição do tempo pelas várias áreas da missão, em particular no que respeita ao serviço docente; (6) generalizar experiências já existentes de atribuição de diplomas pedagógicos e prémios de excelência didática e encontrar outras formas de valorizar a formação e qualidade pedagógicas.

Oferta formativa. A reflexão da oferta formativa deverá avaliar a dimensão da oferta de 2º e 3º ciclos, referida neste Relatório, como excessiva, com uma baixa procura média por cada ciclo de estudos e representando uma dispersão do corpo docente. A descontinuidade verificada em muitos destes ciclos de estudo, porventura por falta de candidatos, e a baixa taxa de sucesso verificada nalguns deles, traduz bem a necessidade de se encontrar um novo quadro de oferta das pós-graduações conducente a grau, mais concentrado e mais racional.

Estudantes. As Unidades Orgânicas (UOs) deverão adotar procedimentos que conduzam a fomentar (e/ou a aumentar) a participação dos estudantes nos inquéritos à satisfação do ensino, com as respetivas consequências ao nível do desempenho pedagógico do corpo docente.

Internacionalização. Neste domínio, a capacidade de estruturar ciclos de estudo em associação com instituições estrangeiras, no quadro permitido pela legislação atual (duplas titulações ou titulações conjuntas), não está suficientemente explorado. Trata-se de uma das componentes da internacionalização que deverá suscitar a atenção da parte dos responsáveis das Unidades Orgânicas. Paralelamente a esta linha de internacionalização, merece igual referência a possibilidade de alargar a capacidade de atração de estudantes estrangeiros, designadamente de estudantes internacionais. Reconhece-se que o esforço das Unidades Orgânicas da Universidade do Porto na captação de estudantes internacionais, provenientes dos países da CPLP, tem sido enorme. Faltarão, talvez, ampliar essa estratégia, abrangendo estudantes de outros países, o que pressupõe a organização de ciclos de estudo (2º e 3º ciclos) em língua inglesa.

Institucional. Consultada as páginas na net de algumas Unidades Orgânicas, constata-se que nem todas têm as informações respeitantes aos processos de avaliação dos ciclos de estudo (relatórios de autoavaliação e decisões da A3ES) estão disponíveis; a publicação destes documentos é obrigatório e faz parte integrante das iniciativas de avaliação externa.

B10. Observações

B10. Observações

<sem resposta>

III - Apreciação global da instituição

Perguntas C1. a C5.

C1. Apreciação global

Apreciação global da Instituição.

Na primeira reunião que a Comissão de Avaliação Externa realizou com os responsáveis da Universidade do Porto, ficaram clarificados os principais objetivos assumidos para os próximos anos. O Senhor Presidente do Conselho Geral referiu-se a quatro desígnios: valorizar a terceira missão; reformar a estrutura responsável pela investigação científica; explorar o potencial do estatuto jurídico de Fundação; e, finalmente, aumentar a capacidade de captar fundos para a Universidade. Por seu lado, o Senhor Reitor evocou cinco linhas estratégicas que deveriam condicionar o seu mandato: intervir no modelo de gestão; racionalizar a oferta formativa; robustecer o sistema informativo; investir na internacionalização; e aproveitar as vantagens da Universidade ter assumido o estatuto jurídico de Fundação.

Estes desígnios correspondem, na generalidade, a aspetos que a CAE também detetou como fundamentais para a consolidação da Universidade do Porto. No capítulo das Recomendações (C4) esses aspetos são novamente evocados e desenvolvidos. Valerá a pena sublinhar o papel central que a Universidade do Porto desempenha no (norte do) país na qualificação dos jovens, na produção científica e no relacionamento com a comunidade. Admite-se que não é fácil gerir uma instituição que se organiza na base de 14 Unidades Orgânicas, com um elevado número de Unidades de Investigação (muitas delas exteriores ao perímetro administrativo da Universidade), com quase 2 000 ETI no corpo docente e acolhendo mais de 30 000 estudantes. As preocupações com a gestão desta instituição foram assinaladas pelo Senhor Reitor e constituem um desafio maior da presente equipa reitoral. Neste domínio deverá estar bem presente a própria reflexão em torno da rede de Unidades Orgânicas, da fluidez e clarificação das relações entre as Unidades de Investigação, por

um lado, e as Unidades Orgânicas e a Reitoria, por outro.

A internacionalização, o melhor aproveitamento do estatuto de Fundação (dentro dos limites permitidos pelo enquadramento legislativo nacional), a exploração do potencial de rede em resultado das relações com outras instituições, o reforço da cooperação externa com entidades diversas (empresas, municípios, associações, etc.), aspetos que têm estado presentes na condução dos destinos da Universidade do Porto, poderão ser, no futuro, desenvolvidos.

Merece especial referência a capacidade de atração de estudantes nacionais, principalmente através do Concurso Nacional de Acesso, fazendo valer o prestígio da Universidade e captando nesse Concurso candidatos com elevadas classificações de acesso.

Os aspetos que exigem uma reflexão e, porventura, uma intervenção reformadora com maior ambição aparecem explicitados, como se afirmou, na capítulo das Recomendações (C4).

C2. Pontos fortes

Pontos fortes da organização e funcionamento da Instituição.

Sinteticamente, poder-se-á fazer referência aos seguintes pontos fortes:

- Expressão na mesma instituição das diversas áreas do saber, o que permite gerar uma situação cientificamente confortável, aberta a iniciativas interdisciplinares, mas mais exigente do ponto de vista da coordenação;
- Prestígio nacional, o que lhe permite atrair um fluxo significativo de estudantes (as vagas do CNA são preenchidas praticamente na primeira fase) e, dentre deles, um elevado número com elevadas classificações;
- Nível elevado e denso de I&D, beneficiando de um conjunto de infraestruturas de interface, participadas pela Universidade, que são as responsáveis por uma parcela significativa da produção científica;
- Corpo docente com cerca de 1500 doutorados a tempo integral, a que se associam mais cerca de 350 doutorados a tempo parcial;
- Prestígio internacional, o que, associado com a atual projeção da cidade do Porto, garante uma boa capacidade de atração de estudantes, professores e investigadores estrangeiros, ao abrigo das diversas possibilidades de mobilidade e de fixação;
- Elevado espírito de pertença, revelado pela Comunidade Académica, com especial expressão no corpo dos estudantes.

C3. Pontos fracos

Pontos fracos da organização e funcionamento da Instituição.

De forma igualmente sintética, pode fazer-se referência aos seguintes pontos considerados fracos:

- Pouca capacidade de atração de estudantes internacionais, designadamente de países não pertencentes à CPLP;
- Rede complexa e nalguns casos pouco perceptível das Unidades de Investigação e das suas relações com a Universidade;
- Estrutura organizativa pesada, complexa e difícil de coordenar;
- Corpo docente longe dos rácios estabelecidos no ECDU, no que respeita ao número de professores associados e catedráticos;
- Oferta formativa de pós-graduação com um número de ciclos de estudo excessivamente elevado;
- Taxas de insucesso ainda elevadas, designadamente na transição dos estudantes do 1º ciclo para o 2º ciclo;
- Diminuta oferta de formação ao longo da vida e de atração dos designados estudantes não tradicionais (ou novos públicos);
- Nível de informação deficiente sobre a avaliação e a qualidade do seu funcionamento e dos seus

ciclos de estudo;

- Nível insuficiente de captação de receitas próprias por via do apoio empresarial, da contribuição dos alumni e do mecenato em geral.

C4. Recomendações de melhoria

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da Instituição.

As Recomendações em seis dimensões: oferta formativa, docentes, estudantes, investigação e transferência, internacionalização e aspetos genéricos institucionais.

A dimensão oferta formativa foi genericamente desenvolvida nas Recomendações sobre as Unidades Orgânicas (capítulo B9.4). Para além de sublinhar a necessidade de racionalizar e ajustar a oferta de pós-graduações conducentes a grau (recorde-se, o RAA refere 314 mestrados e doutoramentos acreditados e registados), valerá a pena insistir na possibilidade de estruturar algumas pós-graduações através de colaborações interinstitucionais. Esta recomendação abrange a organização de programas de doutoramento igualmente em associação, com instituições nacionais ou estrangeiras. Finalmente, nesta dimensão, merece uma chamada de atenção para um acompanhamento reforçado aos estudantes na transição do 1º para o 2º ciclo, de forma a reduzir as taxas de abandono que, de acordo com o RAA, atingem níveis significativos.

Na dimensão dos docentes, para além da necessidade de estabilizar o processo de avaliação de desempenho dos docentes, eventualmente simplificando-o, poderá recomendar-se o estabelecimento de um plano de abertura de concursos para docentes, de modo a minimizar o natural envelhecimento do corpo docente, e para assegurar o cumprimento das normas inscritas no ECDU no que respeita aos professores associados e catedráticos. Um aspeto que a CAE considera essencial aponta para a integração generalizada dos docentes em Unidades de Investigação (UIs); o RAA revela uma desigual adesão destes às UIs, com algumas UOs onde essa integração apresenta uma baixa taxa de integração.

Estudantes. A generalização do inquérito à satisfação do ensino, já atrás referido, é uma das recomendações fortes que permitirá retirar sugestões para melhorar as práticas pedagógicas na generalidade as unidades curriculares e apreciar a melhor integração dos estudantes no processo de ensino. A valorização de unidades curriculares de opção, nos curricula dos ciclos de estudo, é uma prática que deverá ser seguida e eventualmente multiplicada, tentando conciliar locais e horários, o que nem sempre é fácil, designadamente devido à dispersão geográfica das diversas UOs na cidade do Porto. As iniciativas como o programa Estudante+, que induz a prática de voluntariado e de outras atividades extracurriculares, deverão ser valorizadas, difundidas e acolhidas reconhecidamente no Suplemento ao Diploma. Os estudantes, nas diversas reuniões que tiveram com a CAE, sublinharam a necessidade de criação de uma maior capacidade de alojamento para estudantes, sendo este um aspeto crítico dos serviços de apoio social dirigido ao corpo discente. Investigação científica e transferência de conhecimento são dois aspetos que colocaram dificuldades à atividade de avaliação por parte da CAE, em resultado da informação deficiente transmitida através do RAA e das reuniões realizadas durante a visita à Universidade. Na verdade muita da produção científica associada aos docentes/investigadores da Universidade é desenvolvida no seio de entidades privadas, participadas pela Universidade, mas com dinâmicas externas à Instituição. A diversidade é enorme na dimensão, na dependência funcional, na autonomia financeira e na utilização dos recursos públicos. A relação com as UOs não segue um modelo explícito, ainda que se admita que possa haver uma geometria variável nesse relacionamento. Os recursos humanos da Universidade afetos a algumas UIs, que assumem o estatuto de associações privadas sem fins lucrativos, devem subordinar-se a critérios e regras claras que contribuam naturalmente para a densificação da produção científica, mas que, simultaneamente, garantam a preservação do interesse público.

Este complexo relacionamento necessita uma profunda reflexão no sentido de encontrar caminhos adequados, libertos de teias burocráticas, assegurando fluidez entre as UOs e as UIs, promovendo a definição conjunta de estratégias de I&D, garantindo as adequadas contrapartidas financeiras e

assumindo inquestionavelmente a marca de serviço público.

Esta problemática cruza-se profundamente com a criação e funcionamento dos programas de doutoramento, os quais deveriam poder contar com a colaboração cruzada dos melhores elementos associados às Unidades de Investigação, generalizando os mecanismos atualmente disponíveis e previstos no ECDU.

Vale a pena mencionar, como um aspeto marcadamente positivo, a mobilização que é feita em quase todas as Faculdades no sentido de integrar os estudantes em linhas e projetos de I&D de forma precoce. É uma prática que parece assumida em várias Faculdades e que importaria consolidar no conjunto da Universidade.

Estes comentários não pretendem sugerir que a Universidade do Porto adote um certo modelo de funcionamento no que respeita à convergência necessária da investigação com o ensino e com a transferência. A CAE entende que cada instituição deverá encontrar o seu próprio modelo (ou modelos), garantindo contudo a intensa fertilização da investigação em relação ao ensino, a promoção da transferência através de múltiplas colaborações, a afirmação do conhecimento como elemento motor do desenvolvimento das comunidades. Mas, no caso das universidades públicas, deverá garantir-se a defesa e a adequação da gestão dos recursos de acordo com as normas que preservem integralmente o interesse público. Este aspeto está intimamente relacionado com a necessidade de aumentar a intensidade da terceira missão, essencial para ajudar a modernizar mais rapidamente o país, que não parece ainda tirar todo o partido da capacidade instalada. Neste domínio valeria a pena refletir sobre a dispersão de entidades que, no interior da UP, assumem funções convergentes (UPortoInovação, UPTEC e Gabinete para a Transferência de Conhecimento). Internacionalização. O esforço de internacionalização está assumido pela UP. Logo na reunião inicial, este foi um dos aspetos referidos pelo Senhor Reitor, incluindo-o nas primeiras prioridades da sua equipa. A atração de estudantes internacionais é um dos aspetos em que a Universidade se distingue no seio das grandes instituições universitárias portuguesas, embora com um universo de cooperação ainda muito limitado aos países de expressão portuguesa. A diversificação da atração de estudantes internacionais, com origem noutros países, designadamente com aqueles com os quais Portugal mantém relações de proximidade em diversos domínios (comerciais, culturais, políticos, etc.), deverá ser um desígnio a adotar pela Universidade. Este alargamento obrigará a organizar ciclos de estudo em língua estrangeira, o que em determinados setores não deverá constituir preocupação maior. A organização de ciclos de estudo em consórcio deve ser desenvolvida, explorando a abertura da legislação portuguesa e os apoios disponibilizados através de programas comunitários (Erasmus+ ou Espaço Europeu 2025).

Um outro domínio, no qual a experiência da Universidade do Porto é significativa, prende-se com a mobilidade. Neste patamar o objetivo deverá abranger a multiplicação dos designados estudantes outgoing. A atração de estudantes estrangeiros poderá ser decisivo para a dinamização dos programas de doutoramento ou dos projetos de I&D, selecionando os melhores para garantir colaborações com a Universidade do Porto.

Aspetos institucionais. Perante a situação analisada referente à organização interna da UP, segmentada em 14 Unidades Orgânicas, algumas delas inseridas em domínios científicos convergentes, a CAE sugere que a equipa reitoral possa iniciar uma reflexão com incidência nessa dispersão. As Faculdades são Unidades que têm desde 400 estudantes até 7000 estudantes, com uma dimensão excessivamente variável. As pequenas Faculdades, com um número reduzido de estudantes e, num caso, com cerca de uma vintena de docentes (a tempo integral), dificilmente ganham ambiente de reflexão científica, de confronto de ideias, de criação de projetos inovadores, de escala nos projetos de I&D ou de projeção externa, havendo até dificuldade no preenchimento dos diversos órgãos em que se estrutura a Faculdade.

A colaboração regional, no âmbito da região Norte, parece também importante, utilizando estruturas e acordos já existentes (designadamente a UNORTE), mas evoluindo para cooperações mais robustas que evitem sobreposições e avançando para complementaridades que consolidam a rede. A CAE vê, finalmente, como positiva a criação de serviços centrais partilhados. É uma tendência que

poderá continuar a ser adotada, mas tendo presente que este figurino deve refletir indiscutivelmente um aumento da eficácia dos mesmos e a criação de mecanismos fluídos e simples orientados para a resolução práticas dos problemas. A relação de proximidade com as estruturas e com a generalidade dos utentes deverá corresponder a uma simplificação e rapidez dos procedimentos, evitando níveis de burocratização que muitas vezes aparecem como resultado destas reestruturações.

C5. Recomendação Final

(Acreditar, Acreditar com condições, Não Acreditar)

A Recomendação Final recomenda a a acreditação da Universidade do Porto, com as seguintes condições:

Condições a cumprir de imediato:

- Publicitação da informação (para o exterior, através do sitio na net) dos documentos produzidos no âmbito do processo de auto-avaliação (ciclos de estudo e institucional), dos relatórios de avaliação externa (ciclos de estudo e institucional) e da informação relevante para o conhecimento cabal da sua oferta formativa, eventualmente garantindo vias facilitadas e coerentes com as diversas preocupações dos vários segmentos da procura.

Condições a cumprir no prazo de um ano:

- Implementação generalizada da avaliação de desempenho dos docentes;
- * Garantir que a atividade docente ou de investigação seja assegurada por um mínimo de um doutor que desenvolva atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na instituição, por cada 30 estudantes, situação que se verifica no conjunto da instituição, mas que não está assegurada na Faculdade de Direito.

Condições a cumprir logo que possível:

- Preenchimento dos requisitos fixados no que respeita ao corpo docente para a acreditação dos ciclos de estudo;
- Preenchimento do rácio definido no ECDU referente ao conjunto dos professores catedráticos e associados que deverá representar entre 50% e 70% do total dos professores de carreira.